Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

27 de fevereiro de 2023
Este relatório contém 79 páginas

Capital Social 12.000.000 Euros - matrícula na CRCL com o número único de matrícula e identificação de pessoa coletiva 503 496 944 – Sede Praça do Príncipe Perfeito nº2· 1990-278 LISBOA

CONTEÚDO

Pag

I Demonstrações financeiras 4

Demonstração dos resultados 4

Demonstração do rendimento integral 5

Demonstração da posição financeira 6

Demonstração das alterações no capital próprio 7

Demonstração dos fluxos de caixa 8

II Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

II.1 Políticas contabilísticas 9

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 17

II.3 Segmento de Gestão 20

II.4 Notas à demonstração dos resultados 21

Nota 1 Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 21
Nota 2 Custos com sinistros, líquidos de resseguro 23
Nota 3 Participação nos resultados e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 23
Nota 4 Custos e gastos de exploração líquidos 24
Nota 5 Rendimentos 24
Nota 6 Gastos financeiros 24
Nota 7 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas 25
Nota 8 Perdas de imparidade líquidas de reversão 25
Nota 9 Custos e gastos por natureza a imputar 26

II.5 Notas ao balanço 28

Nota 10 Caixa e seus equivalentes 28
Nota 11 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos 29
Nota 12 Ativos financeiros disponíveis para venda 33
Nota 13 Outros ativos tangíveis 34
Nota 14 Ativos sob direito de uso e passivos de locação 36
Nota 15 Outros ativos intangíveis 377
Nota 16 Provisões técnicas, líquidas de resseguro 38
Nota 17 Benefícios a empregados 40
Nota 18 Outros devedores por operações de seguros e outras operações 44
Nota 19 Impostos correntes e Impostos diferidos 45
Nota 20 Outros credores por operações de seguros e outras operações 48
Nota 21 Acréscimos e diferimentos 48

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio 49

Nota 22 Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas 49

II.7 Outras Notas 51

Nota 23 Transações com partes relacionadas 51
Nota 24 Gestão de riscos 56
Nota 25 Justo valor 66
Nota 26 Passivos contingentes e compromissos 68

Nota 27 Impacto da adoção das IFRS17 e IFRS 9 a 1 de janeiro 2021 69
Nota 28 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 69

II.8 Eventos subsequentes 73

III Inventário de títulos 74

IV Relatório dos auditores 79

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Eur

	Notas	2022			2021		
		Técnica	Não Técnica	Total	Técnica	Não Técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	204.611.187	-	204.611.187	187.054.553	-	187.054.553
Prémios brutos emitidos		352.586.310	-	352.586.310	323.099.787	-	323.099.787
Prémios de resseguro cedido		(146.228.984)	-	(146.228.984)	(144.059.422)	-	(144.059.422)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(2.909.803)	-	(2.909.803)	(3.621.608)	-	(3.621.608)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		1.163.664	-	1.163.664	11.635.796	-	11.635.796
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(150.998.228)	-	(150.998.228)	(133.779.074)	-	(133.779.074)
Montantes pagos		(136.769.396)	-	(136.769.396)	(144.053.616)	-	(144.053.616)
Montantes brutos		(226.134.039)	-	(226.134.039)	(232.232.538)	-	(232.232.538)
Parte dos resseguradores		89.364.643	-	89.364.643	88.178.922	-	88.178.922
Provisão para sinistros (variação)		(14.228.832)	-	(14.228.832)	10.274.542	-	10.274.542
Montantes brutos		(22.125.590)	-	(22.125.590)	13.616.695	-	13.616.695
Parte dos resseguradores		7.896.758	-	7.896.758	(3.342.153)	-	(3.342.153)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(183.522)	-	(183.522)	(69.159)	-	(69.159)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	(2.241.012)	-	(2.241.012)	(2.250.355)	-	(2.250.355)
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(33.828.215)	-	(33.828.215)	(29.355.416)	-	(29.355.416)
Custos de aquisição		(51.192.414)	-	(51.192.414)	(47.810.508)	-	(47.810.508)
Custos de aquisição diferidos (variação)		232.912	-	232.912	453.621	-	453.621
Gastos administrativos		(22.398.863)	-	(22.398.863)	(20.995.781)	-	(20.995.781)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		39.530.150	-	39.530.150	38.997.252	-	38.997.252
Rendimentos	5	346.890	421.343	768.233	278.595	425.577	704.172
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		346.890	421.343	768.233	278.595	425.577	704.172
Gastos financeiros	6	(370.556)	(42.910)	(413.466)	(358.915)	(12.226)	(371.141)
Outros		(370.556)	(42.910)	(413.466)	(358.915)	(12.226)	(371.141)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	952.143	(160.364)	791.779	109.203	4.048	113.251
De ativos disponíveis para venda		952.143	(160.364)	791.779	109.203	4.048	113.251
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	8	-	(673.139)	(673.139)	-	120.110	120.110
De outros		-	(673.139)	(673.139)	-	120.110	120.110
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		164.721	-	164.721	125.096	-	125.096
Outros rendimentos/gastos		-	(607.428)	(607.428)	-	(331.801)	(331.801)
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	23	21.810	-	21.810	17.368	-	17.368
Resultado líquido antes de impostos		18.475.218	(1.062.498)	17.412.720	21.771.896	205.708	21.977.604
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	19	-	(4.792.457)	(4.792.457)	-	(5.871.959)	(5.871.959)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19	-	52.943	52.943	-	(512.866)	(512.866)
Resultado líquido do exercício		18.475.218	(5.802.012)	12.673.206	21.771.896	(6.179.117)	15.592.779

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

		Eur
	2022	2021
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	(7.960.763)	(22.165)
Impostos correntes e diferidos	2.189.209	6.095
	(5.771.554)	(16.070)
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos		
Ganhos / (perdas) atuariais, bruto	1.495.654	656.794
Ganhos / (perdas) atuariais, impostos	(31.611)	(3.801)
	1.464.043	652.993
Total do outro rendimento integral	**(4.307.511)**	**636.923**
Resultado líquido do exercício	12.673.206	15.592.779
Total de rendimento integral do ano	**8.365.695**	**16.229.702**

Demonstração da posição financeira

Eur

	Notas	2022	2021
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10	3.221.638	7.136.382
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	1.495.113	1.473.303
Ativos disponíveis para venda	12	94.197.231	85.389.749
Outros ativos tangíveis	13	501.954	276.726
Ativos sob direito de uso	14	357.332	354.828
Outros ativos intangíveis	15	977.077	193.102
Provisões técnicas de resseguro cedido	16	33.731.916	24.671.370
Provisão para prémios não adquiridos		12.096.552	10.932.765
Provisão para sinistros		21.635.364	13.738.605
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	17	1.742.210	494.465
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	18	55.068.781	53.837.641
Contas a receber por operações de seguro direto		30.559.028	31.306.107
Contas a receber por outras operações de resseguro		21.043.484	22.315.025
Contas a receber por outras operações		3.466.269	216.509
Ativos por impostos	17	2.383.256	2.273.200
Ativos por impostos (e taxas) correntes		268.882	978.196
Ativos por impostos diferidos		2.114.374	1.295.004
Acréscimos e diferimentos	21	29.212	35.210
Total ativo		**193.705.720**	**176.135.976**
Provisões técnicas	16	84.084.900	61.554.230
Provisão para prémios não adquiridos		26.604.009	23.927.117
Provisão para sinistros		54.657.741	34.973.647
De outros ramos		54.657.741	34.973.647
Provisão para participação nos resultados		2.570.470	2.584.307
Provisão para riscos em curso		252.680	69.159
Outros credores por operações de seguros e outras operações	20	33.295.419	28.918.813
Contas a pagar por operações de seguro direto		14.142.369	11.120.309
Contas a pagar por outras operações de resseguro		1.076.651	1.520.818
Contas a pagar por outras operações		18.076.399	16.277.686
Passivos por impostos e taxas	17	1.442.807	2.712.747
Passivos por impostos (e taxas) correntes		1.442.807	1.321.575
Passivos por impostos diferidos		-	1.391.172
Passivos de locações	14	360.541	357.315
Acréscimos e diferimentos	21	5.174.969	5.903.595
Outras Provisões		182.085	289.973
Total passivo		**124.540.721**	**99.736.673**
Capital		12.000.000	12.000.000
Reservas de reavaliação		(2.901.955)	5.058.808
Reserva por impostos diferidos e correntes		798.037	(1.391.172)
Outras reservas		10.703.008	9.238.965
Resultados transitados		35.892.702	35.899.923
Resultado do exercício		12.673.206	15.592.779
Total capital próprio	22	**69.164.998**	**76.399.303**
Total passivo e capital próprio		**193.705.720**	**176.135.976**
Resultados por ação		**5,3**	**6,5**

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

Eur

		Reservas de reavaliação						
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
31 dezembro 2020	12.000.000	5.080.973	(1.397.267)	3.683.706	8.585.972	35.944.180	21.255.742	81.469.600
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(22.165)	6.095	(16.070)	-	-	-	(16.070)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(44.257)	(21.255.742)	(21.300.000) *
Ganhos / (perdas) atuariais, liquidos	-	-	-	-	652.993	-	-	652.993
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	15.592.779	15.592.779
31 dezembro 2021	12.000.000	5.058.808	(1.391.172)	3.667.636	9.238.965	35.899.923	15.592.779	76.399.303
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(7.960.763)	2.189.209	(5.771.554)	-	-	-	(5.771.554)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(7.221)	(15.592.779)	(15.600.000) **
Ganhos / (perdas) atuariais, liquidos	-	-	-	-	1.464.043	-	-	1.464.043
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	12.673.206	12.673.206
31 dezembro 2022	12.000.000	(2.901.955)	798.037	(2.103.918)	10.703.008	35.892.702	12.673.206	69.164.998

* corresponde a um dividendo por ação de Euro 8,875

** corresponde a um dividendo por ação de Euro 6,5

Demonstração dos fluxos de caixa

Eur

	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	12.673.206	15.592.779
Ajustamentos por:		
Depreciações e amortizações do exercício	388.228	390.110
Variação nas provisões técnicas	22.530.670	(5.696.136)
Variação de outras provisões	(107.888)	(104.236)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(9.060.546)	(8.293.635)
Imparidade de outros ativos	2.804.399	(120.110)
Variação de ativos e passivos por impostos	(1.379.996)	(2.659.984)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(4.035.538)	(969.474)
Outros ativos e passivos	(308.065)	2.003.248
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.818.983	3.507.409
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(14.579.036)	19.723.355
	10.744.417	**23.373.326**
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(21.810)	(189.999)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(142.312)	(223.896)
	(164.122)	**(413.895)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(14.300.000)	(35.200.000)
Pagamento de rendas de contratos de locação financeira	(195.039)	(178.961)
	(14.495.039)	**(35.378.961)**
Variação líquida em caixa e equivalentes	**(3.914.744)**	**(12.419.530)**
Caixa e equivalentes no início do período	7.136.382	19.555.912
Caixa e equivalentes no final do período	**3.221.638**	**7.136.382**

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A, ("Médis" ou "Companhia") é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 29 de setembro de 1995.

A Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. tem por objeto principal e exclusivo a exploração do seguro direto e resseguro dos ramos Doença e Assistência.

Desde 30 de junho de 2014, o Grupo Ageas tornou-se o acionista único da Companhia, através da Ageas Insurance International N.V. A Ageas Insurance International, N.V., é sediada em Archimedeslaan 6, 5835BA Ultrech, prepara demonstrações financeiras consolidadas e publica na União Europeia. Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as contas da Companhia.
A Médis tem a sua sede social na Praça do Príncipe Perfeito, Nº 2, 1990-278 em Lisboa.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES") emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") e aprovado pela Norma Regulamentar nº. 02/2021 de 2 de março. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. No IFRS incluem-se as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores. Adicionalmente, foi adotada a Norma Regulamentar nº. 10/2020 de 3 de novembro que diz respeito aos requisitos de reporting à ASF.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 27 de fevereiro de 2023. Estas demonstrações estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas, no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) Provisões técnicas

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Além disso, a provisão de sinistros também inclui uma estimativa relacionada com os custos futuros indiretos com a liquidação de sinistros ("custos de gestão de sinistros a imputar"). A Provisão para sinistros não é descontada.

Provisões para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde aos montantes atribuídos para os segurados ou beneficiários dos contratos de seguro ou de investimento, sob a forma de participação nos lucros.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou de forma agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia.

e) Investimentos em Filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.
Consideram-se entidades associadas aquelas em que a Sociedade tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa empresa participada através da participação na gestão da associada ou na composição do Conselho Administração com poderes executivos.
São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Sociedade exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões unânimes.
As subsidiárias, associadas e os empreendimentos conjuntos são mensurados pelo método de equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva da Companhia nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das subsidiárias, associadas ou empreendimentos em conjunto. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da subsidiária, associada ou do empreendimento conjunto, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Companhia incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da subsidiária, associada ou empreendimento em conjunto.
Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pela Companhia nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

f) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

• Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

• Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros disponíveis para venda e (ii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes ativos.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor. Os ganhos e perdas que advêm das variações no seu justo valor são reconhecidos em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Companhia apenas reclassifica ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas ao justo valor dos ativos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Companhia não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respetivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respetivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

h) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Companhia aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor bruto a menos que exista um direito de compensação.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

j) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. As diferenças de conversão de elementos não monetários, tais como ações classificadas como disponíveis para venda, são incluídas na reserva de reavaliação.

k) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Vida útil
Instalações	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

l) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa em 6 anos ou mais, de acordo com as especificidades dos bens.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos.

Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa em 6 anos ou mais, de acordo com as especificidades dos bens.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

m) Contratos de locação

Ativos sob direito de uso e passivos de locação (IFRS 16)

A entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, que veio substituir a IAS 17, veio introduzir alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação, nomeadamente ao nível de novos requisitos quanto ao âmbito, classificação, reconhecimento e mensuração de locações. A Companhia passou a ter de reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de "direito de uso", à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou das locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato, caso a mesma esteja disponível, caso contrário é usada a taxa de juro incremental. O passivo deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem. Quando o passivo de locação é remensurado, a respetiva diferença é contabilizada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registada em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são: (i) pagamentos fixos, (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos), e (iii) o montante relativo ao exercício da opção de compra, caso seja razoavelmente certo que será exercida.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

A Companhia usa a taxa implícita sempre que a mesma esteja disponível, através de cálculo ou porque a mesma se encontra definida no contrato e caso esta não esteja disponível usa a taxa incremental: taxa a que a Companhia obteria num financiamento de montante equivalente ao direito do uso, para o mesmo prazo e com as mesmas garantias.

A maturidade do contrato por definição é o termo do contrato definido contratualmente. No entanto, e uma vez que existem contratos em que o locador e/ou locatário podem estender ou terminar o respetivo contrato, o critério seguido é o seguinte:

- Caso seja o locador quem detém a opção de extensão e/ou de cancelamento antecipado independentemente da probabilidade do exercício das mesmas, a data de termo do contrato a considerar deverá ser a data em que o contrato poderá ser cancelado pelo locador;

- Nas operações em que é o locatário que tem a opção de extensão ou cancelamento, neste caso é avaliada a razoabilidade deste evento ocorrer por forma a determinar o horizonte temporal a considerar;

- Numa situação em que ambas as partes têm a opção de extensão e/ou cancelamento antecipado, a data a definir para o termo do contrato deverá, no máximo, ser a data em que o locador tem a opção de cancelamento (sem que existam penalizações materiais).

n) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores de caixa, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido ou construída uma obrigação construtiva decorrente de eventos passados e e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

p) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupo de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

q) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

r) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

s) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (seguidamente designado de "CCT").
Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar (coberturas de invalidez e sobrevivência imediata) e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, mediante o cumprimento de certos requisitos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano complementar de contribuição definida para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com esta alteração do CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma ("PIR"), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efetuadas pela Companhia.

Em 29 de janeiro de 2016 foi celebrado um novo acordo coletivo do trabalho (ACT) entre as seguradoras e os sindicatos tendo mantido os termos já existentes no CCT de 2011, relativamente aos planos de pensões.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de "Horizonte Valorização". Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efetuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respetiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR. Nesta base, de acordo com o IAS 19, o PIR classifica-se em substância como um plano de benefício definido.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (ativo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (ativo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (ativo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efetuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo

(proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos ativos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuariais decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos ("ajustamentos de experiência"), e de alterações nesses pressupostos atuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

t) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos são reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda sendo posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Companhia pode compensar, de acordo com a IAS12, os impostos diferidos ativos e passivos apenas se: (i) tiver um direito legal de deduzir os impostos correntes ativos com os impostos correntes passivos; e (ii) os impostos diferidos ativos e os impostos diferidos passivos estejam sujeitos à mesma autoridade tributária, ou sob entidades tributárias que permitam

a apresentação pelo saldo entre os impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos, ou para realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que uma quantidade significativa de impostos diferidos passivos ou ativos deverão ser liquidados ou recuperados.

u) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o ano.

v) Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos de gestão principais referidos na Nota II.3. A Companhia não adotou a IFRS 8, uma vez que não é uma entidade cotada, nem tem perspetivas de poder vir a ser. A informação apresentada respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para participação nos resultados, (2) provisão para prémios não adquiridos, (3) provisão para riscos em curso, (4) teste de adequação das responsabilidades, e (5) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas (provisão para sinistros).

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As

provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

As variáveis no processo de estimativa da reserva podem ser afetadas por eventos internos e externos, como alterações nos procedimentos de tratamento de sinistros, inflação económica, tendências legais e alterações legislativas. Muitos destes itens não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ativos e passivos ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respetivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos ativos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumentos de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objetiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que existam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Segmento de Gestão

Eur

	2022			2021		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	204.278.163	333.024	204.611.187	186.707.862	346.692	187.054.554
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(150.987.691)	(10.537)	(150.998.228)	(133.382.169)	(396.906)	(133.779.075)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(183.522)	-	(183.522)	(69.159)	-	(69.159)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(2.241.012)	-	(2.241.012)	(2.250.355)	-	(2.250.355)
Custos e gastos de exploração líquidos	(33.828.216)	-	(33.828.216)	(29.355.416)	-	(29.355.416)
Rendimentos	346.852	38	346.890	278.559	36	278.595
Gastos financeiros	(370.556)	-	(370.556)	(358.915)	-	(358.915)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros	952.036	107	952.143	109.189	14	109.203
Outros rendimentos/(gastos) técnicos, líquidos de resseguro	164.721	-	164.721	125.096	-	125.096
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo mep	21.810	-	21.810	17.368	-	17.368
Margem técnica	**18.152.585**	**322.632**	**18.475.217**	**21.822.060**	**(50.164)**	**21.771.896**
Proveito dos investimentos			421.343			425.577
Mais/(menos) valias realizadas			(160.364)			4.048
Gastos financeiros			(42.911)			(12.225)
Outros proveitos/(custos) não técnicos			(1.280.566)			(211.692)
Resultado não técnico			**(1.062.498)**			**205.708**
Resultado antes de impostos			**17.412.720**			**21.977.604**

	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	84.075.502	9.398	84.084.900	61.546.282	7.948	61.554.230
Parte dos resseguradores	33.731.916	-	33.731.916	24.671.370	-	24.671.370

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são analisados como segue:

		Eur
	2022	2021
Prémios brutos emitidos não vida	352.586.310	323.099.787
Prémios brutos emitidos	352.586.310	323.099.787
Prémios resseguro cedido não vida	(146.228.984)	(144.059.422)
Prémios resseguro cedido	(146.228.984)	(144.059.422)
Prémios líquidos resseguro	206.357.326	179.040.365
Variação prémios não adquiridos	(2.909.803)	(3.621.608)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	1.163.664	11.635.796
Variação líquida de prémios não adquiridos	(1.746.139)	8.014.188
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro não vida	**204.611.187**	**187.054.553**
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	**204.611.187**	**187.054.553**

Os prémios de seguro direto são analisados como segue:

				Eur
	2022		2021	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	352.253.286	349.343.483	322.753.095	319.131.487
Outros	333.024	333.024	346.692	346.692
Total	**352.586.310**	**349.676.507**	**323.099.787**	**319.478.179**

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

				Eur
	2022		2021	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	146.228.984	145.065.320	144.059.422	132.423.626
Total	**146.228.984**	**145.065.320**	**144.059.422**	**132.423.626**

A Companhia utiliza o resseguro como um método para garantir que o risco proveniente das responsabilidades com contratos é mantido dentro dos níveis de apetite ao risco e otimizado de um ponto de vista de risco/retorno e capital. Para além da transferência e mitigação de risco, o resseguro contém ainda um conjunto de outros benefícios, como a otimização do capital, a melhoria de fluxos de caixa e os serviços adicionais fornecidos pelos resseguradores (incluindo o conhecimento, o apoio na definição do preço, nova informação de mercado, etc.).

Na Companhia concretizámos um tratado proporcional *Quota Share*, com uma cessão de 40% para todas as linhas de negócio dos ramos Não-Vida com o ressegurador Ageas SA NV.

Este contrato de resseguro é aplicado aos valores líquidos de resseguro, ou seja, à retenção líquida final após a aplicação dos outros programas de Resseguro. Como resultado, se a retenção líquida aumentar por "default" de algum ressegurador também estará coberto por este tratado de Quota Share.

Fizemos também em 2020, um Loss Portfolio Transfer com o ressegurador Ageas SA NV, no qual a Médis cede uma determinada percentagem (20%) das responsabilidades de sinistros ocorridos até 31/12/2019, inclusive, e que são transferidas para o ressegurador. O ressegurador assume e aceita as obrigações de sinistro abertas e futuras existentes por meio da transferência das reservas de sinistros da seguradora.

- O resultado é incerto porque o custo final dos sinistros não é conhecido antecipadamente, o que pode ser maior ou menor que o valor da reserva;
- A base do preço de um LPT é a informação passada das liquidações de sinistros de acordo com a sua “Best Estimate”;
- As transações serão feitas pelos valores das reservas em “Best Estimate”;
- Âmbito: todas as reservas de sinistros com exceção do ramo de Acidentes de Trabalho;
- Limite anual do tratado: € 1.475.000.000,00, equivalente a um período de retorno de 1000 anos.

Para ambos os contratos, a Companhia teve o suporte de um corretor de resseguro internacional, de forma a obter as melhores condições de mercado possível para executar esta transferência de risco.

O contrato esteve em vigor em 2022 e manter-se-á em 2023.

O ressegurador Ageas SA NV tem rating A+ pela agência Standard & Poors.

Este contrato de resseguro permite melhorar o rácio de solvência da Companhia.

Nota 2 Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

Eur

	2022			2021		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	220.094.675	(1.121.818)	218.972.857	223.636.608	1.272.036	224.908.644
Parte dos resseguradores	(89.364.643)	-	(89.364.643)	(88.178.922)	-	(88.178.922)
	130.730.032	(1.121.818)	129.608.214	135.457.686	1.272.036	136.729.722
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	20.993.236	1.132.354	22.125.590	(12.741.565)	(875.130)	(13.616.695)
Parte dos resseguradores	(7.896.758)	-	(7.896.758)	3.342.153	-	3.342.153
	13.096.478	1.132.354	14.228.832	(9.399.412)	(875.130)	(10.274.542)
Total antes custos imputados	**143.826.510**	**10.536**	**143.837.046**	**126.058.274**	**396.906**	**126.455.180**
Custos com Sinistros (imputados)	7.161.182	-	7.161.182	7.323.894	-	7.323.894
Total	**150.987.692**	**10.536**	**150.998.228**	**133.382.168**	**396.906**	**133.779.074**

Ver comentário na Nota 1 relativamente ao tratado de resseguro Apollo.

Nota 3 Participação nos resultados e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro

A participação nos resultados corresponde à estimativa de montantes a atribuir aos parceiros de Resseguro Aceite com quem a Companhia opera e tem contratualizada a respetiva responsabilidade, ascendendo ao montante de 2.241.012 euros (2021: 2.250.355 euros).

As Outras provisões técnicas respeitam à variação do ano da Provisão para riscos em curso, que terminou o exercício com 183.522 euros (2021: 69.159 euros).

Nota 4 Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	Eur	
	Acidentes e doença	
	2022	2021
Custos de aquisição - comissões	42.092.852	39.006.054
Custos de aquisição alocados	9.099.562	8.804.454
Variação dos custos de aquisição diferidos	(232.912)	(453.621)
Custos administrativos - comissões	116.532	135.939
Custos administrativos alocados	22.282.331	20.859.842
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(39.530.150)	(38.997.252)
Total	**33.828.215**	**29.355.416**

Ver comentário na Nota 1 relativamente ao tratado de resseguro Apollo.

Nota 5 Rendimentos

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

		Eur
	2022	2021
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	768.233	704.424
Rendimentos de empréstimos hipotecários	-	(252)
Total	**768.233**	**704.172**

Nota 6 Gastos financeiros

Os gastos financeiros – outros, correspondem aos custos operacionais imputados à função investimentos, no montante de Euro 413.466 (2021: Euro 371.141).

Nota 7 Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

Eur

	2022			2021		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	961.284	(164.440)	796.844	110.455	(635)	109.820
Obrigações de outros emissores	4.077	(9.142)	(5.065)	3.687	(256)	3.431
De investimentos disponíveis para venda	**965.361**	**(173.582)**	**791.779**	**114.142**	**(891)**	**113.251**

Nota 8 Perdas de imparidade líquidas de reversão

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as perdas de imparidade (líquidas de reversão) registada respeita na totalidade a devedores por operações de seguro direto e de resseguro.

Nota 9 Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

		Eur
	2022	2021
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	1.145.187	579.911
Remunerações - pessoal	11.619.646	10.617.189
Encargos sobre remunerações	2.631.191	2.261.973
Benefícios pós emprego	722.225	701.284
Seguros obrigatórios	760.841	625.239
Gastos de ação social	54.171	103.849
Outros gastos	709.848	126.296
	17.643.109	15.015.741
Fornecimentos e serviços externos	20.824.129	21.864.560
Depreciações de ativos tangíveis		
Propriedades de investimento	-	46.983
Equipamento de transporte e outro equipamento	254.242	261.566
Equipamento informático	47.493	8.443
	301.735	316.992
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	86.493	73.118
	86.493	73.118
Outros	101.077	88.921
Total	**38.956.543**	**37.359.332**

Os Custos Administrativos (excluindo amortizações do exercício) situaram-se nos 38.568 milhares de euros em 2022, um crescimento de +4,3% em relação ao ano anterior, justificado pelo aumento dos Custos com Pessoal (+17,5%), o qual está relacionado com a mobilidade e recrutamento de colaboradores para o quadro de pessoal da Médis que conta, no final de 2022, com 264 colaboradores. Os custos com pessoal cedido foram incluídos nos Custos com pessoal. Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um decréscimo de 4,8% para 20.824 milhares de euros resultado da redução de custos com IT e Consultoria.

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euro 70.023 (2021: Euro 65.297) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euro 112.434 (2021: Euro 82.792) de Juros suportados, um montante de Euro 26.509 (2021: Euro 41.017) relativos a Comissões e um proveito de Euro 107.888 relativos a variação de outras provisões (2021: custo de Euro 104.236).

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados pela PricewaterhouseCoopers-SROC (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

Eur

	Despesas		Faturados	
	2022	2021	2022	2021
PwC				
Certificação Legal de contas 2020	-	-	713	16.061
Certificação Legal de contas 2021	-	59.963	14.991	44.972
Certificação Legal de contas 2022	101.844	-	44.972	
Auditoria reporte trimestral ao grupo 2020	-	-	-	2.050
Auditoria reporte trimestral ao grupo 2021	-	-	-	-
Auditoria reporte trimestral ao grupo 2022	-	-	-	-
Serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial submetido à ASF 2020	-	-	6.458	-
Serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial submetido à ASF 2021	-	20.296	20.295	-
Serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial submetido à ASF 2022	23.063	-	-	-
Outros serviços distintos de auditoria 2020	-	-	2.768	-
Outros serviços distintos de auditoria 2021	-	2.768	2.768	-
Total	**124.907**	**83.027**	**92.964**	**63.083**

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

Eur

	2022	2021
Custos com sinistros	7.161.182	7.323.893
Custos de exploração		
Custos de aquisição	9.099.562	8.804.454
Custos administrativos	22.282.333	20.859.844
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	370.556	358.915
Alocados à Conta Não Técnica	42.910	12.226
Total	**38.956.543**	**37.359.332**

Em 31 de dezembro de 2022, o número de colaboradores da Companhia ascendia a 264 (2021: 260).

II.5 Notas ao balanço

Nota 10 Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado por banco como segue:

		Eur
	2022	2021
Caixa	(15.012)	(13.895)
Millenniumbcp	712.570	2.685.301
B.B.V.A.	1.170.243	2.188.574
Santander	1.253.837	2.276.402
Bankinter	100.000	-
Total	**3.221.638**	**7.136.382**

Nota 11 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

Empresa	Natureza da participação financeira	Sede	Fração de capital detida	Valor participação	Ano aquisição
H2Care SA	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	241.894	2019
ANCPG-Investimentos Imobiliários, SA	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	616.210	2019
ANCPG4-Investimentos Imobiliários, SA	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	115.180	2019
ANCPG2-Investimentos Imobiliários, SA	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	349.142	2020
Go Porto, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	0,00%	-	2020
Ageas Portugal Services, ACE	Empreendimento conjunto	Lisboa	0,00%	-	2017
Go Classique	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	172.686	2021
Total 2022				**1.495.113**	

Empresa	Natureza da participação financeira	Sede	Fração de capital detida	Valor participação	Ano aquisição
H2Care SA	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	244.017	2019
ANCPG-Investimentos Imobiliários, SA	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	604.080	2019
ANCPG4-Investimentos Imobiliários, SA	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	111.819	2019
ANCPG2-Investimentos Imobiliários, SA	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	342.977	2020
Go Porto, S.A.	Empreendimento conjunto	Lisboa	0,00%	-	2020
Ageas Portugal Services, ACE	Empreendimento conjunto	Lisboa	0,00%	-	2017
Go Classique	Empreendimento conjunto	Lisboa	1,30%	170.410	2021
Total 2021				**1.473.303**	

A H2Care foi constituída em 2018, tendo por única acionista a Ocidental Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., com um capital de Euro 50.000, com valor nominal de Euro 1. Esta Sociedade propõe-se ser um veículo para a componente de investimento imobiliário dentro do Grupo Ageas. Em 18 dezembro de 2019, a H2Care celebrou a escritura de compra de um edifício na Rua Castilho 2A, 2, 4, Lisboa.

Em 2019, foi deliberado um aumento de capital na H2Care, a realizar por quatro novas acionistas, passando assim o capital para Euro 100.000: a Ocidental Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. entra com Euro 21.700 (passando a deter 71.700 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. entra com Euro 13.300 (equivalente a 13.300 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A., entra com Euro 9.500 (equivalente a 9.500 ações), a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros S.A., entra com Euro 4.200 (equivalente a 4.200 ações) e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., entra com Euro 1.300 (equivalente a 1.300 ações). Ainda em 2019, ocorreu a realização de prestações suplementares em dinheiro gratuitas no montante de Euro 18.500.000, por parte de todas as acionistas da Sociedade na proporção das respetivas participações sociais na Sociedade. Em 2021, foi aprovado a realização de prestações suplementares em dinheiro e gratuitas no valor total de Euro 700.000, por parte de todos os acionistas da Sociedade.

Enquadrado na estratégia do grupo Ageas no âmbito do investimento imobiliário a ANCPG, a ANCPG 4 e a ANCPG 2 foram adquiridas pelo Grupo Ageas, em 2019 e 2020, tendo as seguinte estrutura acionista: a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida S.A com 71,70% (correspondente a 35.850 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. com 13,30% (correspondente a 6.650 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. com 9,50% (correspondente na 4.750 ações), a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., com 4,20% (correspondente a 2.100 ações) e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. com 1,30% (correspondente a 650 ações). Estas empresas propõem-se ser veículos das suas acionistas para a componente de investimento imobiliário.

A atividade da ANCPG iniciou-se em 3 de fevereiro de 2015 e consiste na aquisição e promoção imobiliária e opera unicamente no mercado português. A Sociedade é proprietária de um edifício de escritórios situado na Rua de Entrecampos, Nº 28 em Lisboa, sendo este utilizado para arrendamento.

A atividade da ANCPG 4 iniciou-se a 4 de novembro de 2016 e consiste na aquisição e promoção imobiliária e opera unicamente no mercado português. A Sociedades é proprietária de um imóvel situado na Rua Alfredo Guisado, nº 8, 10 e 10-A, freguesia de Benfica, em Lisboa, sendo este unicamente utilizado para arrendamento.

A ANCPG 2 – Investimentos Imobiliários, S.A. foi constituída em 3 de fevereiro de 2015 com capital social no valor de 50.000,00 Euros, com valor nominal de Euro 1, totalmente realizado. Durante o ano de 2015 a ANCPG 2 – Investimentos Imobiliários, S.A. adquiriu o prédio sito na Avenida D. João II, Lote 11601, no Parque das Nações, em Lisboa. O edifício possui 13 pisos acima do solo para escritórios, o rés do chão com loja e 4 pisos em cave para estacionamento e arrumos.

A Go Porto, S.A foi constituída em novembro de 2018 e propõe-se ser um veículo dos seus acionistas para a componente de investimento imobiliário. No ano de 2019 foi feita a aquisição de um terreno em Ramalde, sendo que o lançamento da obra de construção do edifício, que será a nova sede da Ageas Portugal na cidade do Porto, foi efetuado mesmo no final de 2019.

Em 15 de abril 2020, os estatutos da Go Porto foram alterados, bem como a distribuição do capital para outros entidades do Grupo Ageas e em cumprimento do acordado a 9 de dezembro de 2019 entre as cinco acionistas da Sociedade ("*Partnership Agreement for Real Estate Investments*"), incluindo a alteração do objeto social. Essas Sociedades são: Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A.,Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A..

Em novembro de 2021, foi aprovado e realizado, pelos membros do Conselho de Administração da Go Porto, mediante contrato de compra e venda de ações e transferência de prestações suplementares entre as seguradoras, a alteração da distribuição do capital social da Sociedade, no valor de Euro 1.000.000, de acordo com a nova chave de alocação de capital social em vigor para as sociedades veículo para investimentos imobiliários. Assim, o capital da da Go Porto ficou distribuído da seguinte forma: a Sociedade Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. passou a deter uma participação social de 50% (face aos 71.7% detidos anteriormente), a Sociedade Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. passou a deter uma participação social de 8% (face aos 4.2% detidos anteriormente), a Sociedade Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. passou a deter uma participação social de 22% (face aos 13.3% detidos anteriormente), a Sociedade Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. passou a deter uma participação social de 20% (face aos 9.5% detidos anteriormente) e a Sociedade Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. passou a deter 0% (face aos 1.3% detidos anteriormente). Na mesma data, foi aprovado a realização de novas prestações suplementares, no montante total de Euro 27.100.000, por parte de todas as acionistas da Sociedade na proporção das novas participações sociais, ou seja, nas seguintes proporções: 50% pela Ocidental Vida, 22% pela Ageas Vida, 20% pela Ageas Seguros e 8% pela Ocidental Seguros. Foi aprovado que as referidas prestações suplementares, no montante de 27.100.000 euros, fossem sendo prestadas mediante solicitação da Administração. A primeira tranche ficou deliberado em ata da Assembleia Geral de novembro de 2021 que seria imediatamente entregue, no valor de realização de Euro 19.000.000 (conforme proporção do capital social). A segunda tranche foi solicitada em março de 2022, com a entrega de Euro 4.100.000, novamente conforme proporção do capital social).

A GO Classique, S.A, foi constituída em 28 de maio de 2021 com capital social no valor de Euro 100.000, com valor nominal de Euro 1, tendo a seguinte estrutura acionista: a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida S.A com 71.7% (correspondente a 71.700 ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. com 13.3% (correspondente a 13.300

ações), a Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A. com 9.5% (correspondente na 9.500 ações), a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., com 4.2% (correspondente a 4.200 ações) e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. com 1.3% (correspondente a 1.300 ações). Esta Sociedade propõe-se ser um veículo das suas acionistas para a componente de investimento imobiliário. Durante o ano de 2021 a GO Classique, S.A. adquiriu o prédio situado na Rua Alexandre Herculano, nº23 em Lisboa através de escritura de compra e venda assinada em julho de 2021. Os acionistas da Sociedade nessa data realizaram prestações suplementares no montante de Euro 12.900.000, com o propósito de dotar a Sociedade de fundo de maneio necessário para a aquisição do imóvel.

A Companhia é membro do seguinte empreendimento conjunto: Ageas Portugal Services, ACE. Os empreendimentos conjuntos são agrupamentos sem capital social conforme definido nos respetivos estatutos e em que a Companhia foi considerada membro. A imputação de custos relativamente aos empreendimentos conjuntos - ACE/AEIE, referidos acima, os quais prestam serviços partilhados a entidades do grupo Ageas, varia em função dos trabalhos realizados para cada um dos seus membros, não existindo por isso percentagens fixas de participação.

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, encontram-se relevados no Anexo III.

O registo contabilístico das participações é feito pelo método de equivalência patrimonial, com variações em resultados.

A informação financeira resumida das filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, incluindo as quantias agregadas de ativos, passivos e resultados, em referência a 2022 e 2021 e valorizados com base nas demonstrações financeiras de novembro de 2022 e 2021, apresenta-se como se segue:

Posição em 30.11.2022 *Eur*

Entidade	H2Care	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	ACE
Ativo não Corrente	17.641.292	43.410.625	8.675.909	24.216.882	12.447.556	37.577
Ativo Corrente	1.102.007	7.167.982	1.328.439	3.059.376	1.047.865	16.325.771
Total ativo	18.743.299	50.578.607	10.004.347	27.276.259	13.495.421	16.363.348
Passivo não Corrente	-	2.646.528	978.707	52.141	90.586	15.881
Passivo Corrente	136.059	531.273	165.605	367.066	121.274	16.590.771
Total passivo	136.059	3.177.801	1.144.313	419.207	211.860	16.606.652
Capital Próprio	18.607.240	47.400.807	8.860.034	26.857.052	13.283.562	(243.304)
Vendas e serviços prestados	550.315	2.455.381	582.915	1.658.392	638.759	61.402.557
Resultado líquido do exercício	(163.332)	933.102	258.553	474.238	175.130	-
Total do rendimento integral	(163.332)	933.102	258.553	474.238	175.130	-

Posição em 30.11.2021 *Eur*

Entidade	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	Cais Office	ACE
Ativo não Corrente	18.196.771	30.064.320	44.527.769	8.812.028	24.814.628	12.727.842	20.718.912	43.108.953
Ativo Corrente	648.205	2.251.014	5.368.145	951.670	1.893.013	558.573	533.461	12.252.861
Total ativo	18.844.976	32.315.334	49.895.914	9.763.699	26.707.641	13.286.415	21.252.373	55.361.814
Passivo não Corrente	-	-	2.738.879	999.838	-	90.586	540.855	505.885
Passivo Corrente	74.404	2.847.696	689.330	162.379	324.827	87.397	552.599	55.105.987
Total passivo	74.404	2.847.696	3.428.209	1.162.217	324.827	177.984	1.093.454	55.611.872
Capital Próprio	18.770.572	29.467.638	46.467.705	8.601.481	26.382.814	13.108.431	20.158.919	(250.058)
Vendas e serviços prestados	-	-	2.357.256	582.289	1.491.019	269.132	369.234	49.269.132
Resultado líquido do exercício	(187.497)	(36.743)	863.191	243.323	324.561	108.431	93.642	-
Total do rendimento integral	(187.497)	(36.743)	863.191	243.323	324.561	108.431	93.642	-

(*) Para efeitos do cálculo do impacto do MEP deve ser incluído o resultado entre o período de 1 a 31 de dezembro de 2020, no valor negativo de (236.766)

Impacto MEP *Eur*

Entidade	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	Total
% Participação Financeira 2022	1,3%	0,0%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	n.a.
Valor Participação Financeira 2022	241.894	-	616.210	115.180	349.142	172.686	1.495.113
Impacto MEP 2022	(2.123)	-	12.130	3.361	6.165	2.277	21.810
% Participação Financeira 2021	1,3%	0,0%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	n.a.
Valor Participação Financeira 2021	244.017	-	604.080	111.819	342.977	170.410	1.473.303
Impacto MEP 2021	(2.437)	(216)	11.221	3.163	4.227	1.410	17.368

Os indicadores financeiros das participadas da Companhia detalhados em cima, têm por base as demonstrações financeiras provisórias e ajustadas para efeitos de determinação do método de equivalência patrimonial (MEP). No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras da Companhia.

Nota 12 Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

Eur

	2022				2021			
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Juros a receber	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Juros a receber	Total
Dívida pública	57.227.787	(1.340.549)	516.564	56.403.802	41.614.570	2.415.664	515.593	44.545.827
Obrigações de outros emissores	35.736.112	(1.529.591)	167.973	34.374.494	32.275.812	518.281	145.284	32.939.377
Ações e fundos de investimento	3.450.750	(31.815)	-	3.418.935	5.779.683	2.124.862	-	7.904.545
Total	**96.414.649**	**(2.901.955)**	**684.537**	**94.197.231**	**79.670.065**	**5.058.807**	**660.877**	**85.389.749**
Dos quais:								
Nível 1				90.778.296				85.389.000
Nível 2				3.418.185				-
Nível 3				750				750
				94.197.231				**85.389.750**

Informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

Eur

	2022			2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Dívida pública	56.403.802	-	-	44.545.827	-	-
Obrigações de outros emissores	34.374.494	-	-	32.939.377	-	-
Ações e fundos de investimento	-	3.418.185	750	7.903.795	-	750
	90.778.296	3.418.185	750	85.389.000	-	750

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados como ativos disponíveis para venda são valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 13 Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

		Eur
	2022	2021
Equipamento		
Equipamento informático	540.440	57.673
Equipamento administrativo	4.934	397.535
Outro equipamento	176.075	768.107
	721.449	1.223.315
Amortizações acumuladas	(219.495)	(946.589)
Saldo líquido	**501.954**	**276.726**

O movimento nesta rubrica em 2022 e 2021 foi o seguinte:

				Eur
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.673	397.535	768.107	1.223.315
Aquisições	17.797	-	2.757	20.554
Abates	-	(392.601)	(624.686)	(1.017.287)
Ativos em compropriedade ACE	464.970	-	29.897	494.867
Saldo em 31 de dezembro de 2022	540.440	4.934	176.075	721.449
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(57.409)	(348.733)	(540.447)	(946.589)
Amortizações do exercício	(47.492)	(16.265)	(42.215)	(105.972)
Abates	-	360.064	473.002	833.066
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(104.901)	(4.934)	(109.660)	(219.495)
Saldo líquido 31 de dezembro 2021	**264**	**48.802**	**227.660**	**276.726**
Saldo líquido 31 de dezembro 2022	**435.539**	**-**	**66.415**	**501.954**

Eur

	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.673	397.535	768.107	1.223.315
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.673	397.535	768.107	1.223.315
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(48.966)	(299.938)	(470.761)	(819.665)
Amortizações do exercício	(8.443)	(48.795)	(69.686)	(126.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(57.409)	(348.733)	(540.447)	(946.589)
Saldo líquido 31 de dezembro 2020	**8.707**	**97.597**	**297.346**	**403.650**
Saldo líquido 31 de dezembro 2021	**264**	**48.802**	**227.660**	**276.726**

No ano de 2022, e no seguimento do reposicionamento do agrupamento complementar de empresas Ageas Portugal Services, ACE, procedeu-se à transferência dos ativos para os membros, nomeadamente: Ageas Seguros, Ageas Vida, Ocidental Vida, Médis e Ageas Pensões.

Esta transferência de ativos ocorreu de acordo com um modelo de compropriedade que permite a utilização partilhada dos referidos ativos. De referir que esta transferência não gerou qualquer rendimento na demonstração de resultados do APS, tendo a transferência dos ativos para os associados, permitido reduzir de forma muito significativa a divida às diferentes Entidades do Grupo.

Nota 14 Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores registados em ativos sob direito de uso são analisados como segue:

			Eur
	Edifícios	Material de transporte	Total
Valor bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	23.725	588.110	611.835
Aquisições	-	198.265	198.265
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.725	786.375	810.100
Amortizações			-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(23.725)	(233.282)	(257.007)
Amortizações do exercício	-	(195.761)	(195.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(23.725)	(429.043)	(452.768)
Saldo líquido 31 de dezembro 2021	**-**	**354.828**	**354.828**
Saldo líquido 31 de dezembro 2022	**-**	**357.332**	**357.332**

			Eur
	Edifícios	Material de transporte	Total
Valor bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.290	387.939	504.229
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	23.725	588.110	611.835
Amortizações			-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(93.032)	(90.197)	(183.229)
Amortizações do exercício	(46.983)	(147.136)	(194.119)
Abates	116.290	4.051	120.341
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(23.725)	(233.282)	(257.007)
Saldo líquido 31 de dezembro 2020	**23.258**	**297.742**	**321.000**
Saldo líquido 31 de dezembro 2021	**-**	**354.828**	**354.828**

Em 31 de dezembro de 2022 o valor registado em passivos de locações é de Euro 360.541 (2021: Euro 357.315)

O movimento do ano em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nos passivos de locações, foi o seguinte:

	Eur
Saldo a 31 de dezembro de 2021	357.315
Aquisição de novos contratos	198.265
Pagamento de prestações	(195.039)
Saldo a 31 de dezembro de 2022	360.541

	Eur
Saldo a 31 de dezembro de 2020	321.734
Aquisição de novos contratos	214.542
Pagamento de prestações	(178.961)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	357.315

Nota 15 Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor registado em ativos intangíveis é analisado como segue:

	Eur
	Software
Custo de aquisição	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	699.089
Aquisições	107.714
Ativos em compropriedade ACE	1.485.617
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.292.420
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(505.987)
Amortizações do exercício	(86.493)
Ativos em compropriedade ACE	(722.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.315.343)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2021	**193.102**
Saldo líquido em 31 de dezembro 2022	**977.077**

	Eur
	Software
Custo de aquisição	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	699.089
Saldo em 31 de dezembro de 2021	699.089
Amortização acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(432.869)
Amortizações do exercício	(73.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(505.987)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2020	**266.220**
Saldo líquido em 31 de dezembro 2021	**193.102**

No ano de 2022, e no seguimento do reposicionamento do agrupamento complementar de empresas Ageas Portugal Services, ACE, procedeu-se à transferência dos ativos para os membros, nomeadamente: Ageas Seguros, Ageas Vida, Ocidental Vida, Médis e Ageas Pensões.

Esta transferência de ativos ocorreu de acordo com um modelo de compropriedade que permite a utilização partilhada dos referidos ativos. De referir que esta transferência não gerou qualquer rendimento na demonstração de resultados do APS, tendo a transferência dos ativos para os associados, permitido reduzir de forma muito significativa a divida às diferentes Entidades do Grupo.

Nota 16 Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

Eur

	2022			2021		
	Acidentes e doença	Outros	Total	Acidentes e doença	Outros	Total
SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE						
Provisão para prémios não adquiridos	26.604.009	-	26.604.009	23.927.117	-	23.927.117
Provisão para sinistros	54.648.343	9.397	54.657.741	34.965.700	7.947	34.973.647
Provisão para participação nos resultados	2.570.470	-	2.570.470	2.584.307	-	2.584.307
Provisão para riscos em curso	252.680	-	252.680	69.159		69.159
Total bruto	**84.075.502**	**9.397**	**84.084.900**	**61.546.283**	**7.947**	**61.554.230**
RESSEGURO CEDIDO						
Provisão para prémios não adquiridos	12.096.552	-	12.096.552	10.932.765	-	10.932.765
Provisão para sinistros	21.635.364	-	21.635.364	13.738.605	-	13.738.605
Total resseguro	**33.731.916**	**-**	**33.731.916**	**24.671.370**	**-**	**24.671.370**
Saldo líquido	**50.343.586**	**9.397**	**50.352.984**	**36.874.913**	**7.947**	**36.882.860**

A provisão para sinistros, de Seguro Direto e Resseguro Aceite, excluindo os custos de gestão de sinistros a imputar, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 21.458.985 (2021: Euro 21.365.602) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2022 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros, de Seguro Direto e Resseguro Aceite, inclui uma estimativa no montante de Euro 430.081 (2021: Euro 550.444), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados

A provisão para prémios não adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

Eur

	2022	2021
Prémios não adquiridos	30.252.528	27.342.724
Custos de aquisição diferidos	(3.648.519)	(3.415.607)
Valor líquido	**26.604.009**	**23.927.117**

A provisão para prémios não adquiridos, de resseguro cedido, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

Eur

	2022	2021
Prémios não adquiridos	12.096.460	10.932.796
Custos de aquisição diferidos	92	(31)
Valor líquido	**12.096.552**	**10.932.765**

Ver comentário na Nota 1 relativamente ao tratado de resseguro Apollo.

Os movimentos de participação nos resultados ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

		Eur
	2022	2021
Balanço a 1 de janeiro	2.584.307	3.265.406
Montantes pagos	(2.254.848)	(2.931.454)
Montantes estimados a pagar	2.241.011	2.250.355
Total	**2.570.470**	**2.584.307**

O desenvolvimento da provisão para sinistros do ramo Não-Vida (Anexo 2 do PCES) encontra-se no *Risco Operacional* na Nota 24 Gestão de Riscos.

O tratado de Resseguro Cedido Apollo Quota-Share da Médis é um tratado de ´clean cut´ no que se refere aos prémios e por esse motivo, inclui os movimentos de carteira. Nestes tipos de tratado, quando um ressegurador entra numa carteira, assume a responsabilidade pelos riscos em curso prévios à sua participação. Se esses riscos dizem respeito a prémios não adquiridos, então eles são assumidos pelo ressegurador. Quando um ressegurador termina o seu contrato, deve devolver o valor dos prémios cobrados referentes ao período de risco ainda não decorrido. No ano seguinte, se começar um novo tratado, os novos resseguradores irão assumir os riscos, de acordo com as novas condições do tratado.

No caso do tratado de Quota-Share da Médis, referentes aos anos de 2022 e 2023, o ressegurador é o mesmo e as condições mantêm-se. Assim sendo, foi acordado com o ressegurador, que uma vez que os movimentos de saída de carteira de 2022 seriam iguais aos movimentos de entrada de carteira de 2023, não haveria necessidade de eles ocorrerem.

Esta alteração não tem qualquer impacto em resultados, uma vez que afetariam apenas contas de balanço e as contas correntes dos resseguradores.

No caso de os movimentos de carteira terem sido realizados, corresponderiam a um impacto em prémios não adquiridos referente a este tratado à data de 31 de dezembro de 2022 de Euro 12.095.971 (2021: Euro 10.931.878).

Nota 17 Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no CCT.
Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo CCT. Com a revisão deste contrato, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de dezembro de 2011 relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, na forma de um plano individual de reforma ("PIR"), prevendo garantia de capital, quer no que respeita aos valores transferidos do plano anterior (contribuição inicial), como às entregas subsequentes efetuadas pela Companhia.

Em 20 de maio de 2018 foi celebrado um novo acordo coletivo do trabalho (ACT) entre as seguradoras e os sindicatos tendo mantido os termos já existentes no CCT de 2011, relativamente aos planos de pensões.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, incluindo o referido PIR, estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de "Horizonte Valorização". Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao PIR, o contrato celebrado com o Fundo estabelece que a Companhia efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da conta PIR for inferior à soma total das contribuições, sendo a respetiva entrega de montante igual à diferença entre as contribuições e o saldo do PIR.
O PIR prevê contribuições anuais futuras de 3,35% sobre os salários anuais efetivos.

Em 31 de dezembro de 2019, foi introduzido um novo benefício a financiar pela adesão coletiva ao Fundo de Pensões Aberto "Horizonte Valorização" que respeita ao pagamento dos encargos da entidade empregadora para financiar o plano de benefícios de saúde no período pós reforma. Este benefício é atribuído aos participantes que se reformem ao serviço dos associados, após a entrada em vigor do plano. O valor dos encargos é de 100 euros por mês (valores de 2019). Os encargos para financiamento do plano de benefícios de saúde serão anualmente atualizados pela variação no IPC (Índice de preços no consumidor) do ano anterior. Em 30 de dezembro de 2021 foram introduzidas condições para atribuição de direitos adquiridos no Plano de Pensões para financiamento dos encargos inerentes à prestação de benefícios de saúde na reforma.

Na alteração ao contrato de adesão coletiva ao fundo de pensões formalizado em 31 de dezembro de 2019, foram alterados os benefícios a atribuir por morte ou invalidez permanente previstos no "Plano Complementar de Benefício Definido". Estes benefícios serão atribuídos através da subscrição diretamente pelas empresas de um seguro de vida e pela atribuição de um subsídio por morte que se mantém a cargo do plano Complementar de Benefício Definido.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o número de participantes no ativo, ex-participantes e beneficiários no plano é o seguinte:

	2022	2021
Número de participantes		
Ativos	275	267
Ex-colaboradores direitos adquiridos	5	2
Reformados e pensionistas	10	9
	290	278

A *duration* das responsabilidades em 31 de dezembro de 2022 é de 17,76 anos (2021: 20,8 anos).

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2022	2021
Taxa de desconto	3,50%	1,35%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	3,50%	1,35%
Taxa de crescimento das pensões	2,16%	1,50%
Taxa de crescimento dos encargos saúde	2,00%	2,00%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2022 e 2021 são como segue:

Eur

	2022				2021			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades por benefícios	(4.675.427)	(2.730)	-	(4.678.157)	(6.840.203)	(4.026)	-	(6.844.229)
Justo valor dos ativos do plano	6.420.367	-	-	6.420.367	7.338.694	-	-	7.338.694
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	1.744.940	(2.730)	-	1.742.210	498.491	(4.026)	-	494.465

Os "Outros benefícios de longo prazo" referem-se ao prémio de permanência considerado no atual CCT.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

Eur

	2022				2021			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	6.840.203	4.026	-	6.844.229	7.205.846	5.407	-	7.211.253
Custo do serviço corrente	197.193	-	-	197.193	217.129	-	-	217.129
Custo dos juros	93.754	47	-	93.801	71.153	49	-	71.202
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhia	(175.028)	(1.286)	-	(176.314)	(186.078)	(1.062)	-	(187.140)
(Ganhos) / perdas atuariais	(2.371.128)	(57)	-	(2.371.185)	(483.224)	(368)	-	(483.592)
Transferência entre fundos/associados	90.433	-	-	90.433	15.377	-	-	15.377
Responsabilidades em 31 de dezembro	**4.675.427**	**2.730**	**-**	**4.678.157**	**6.840.203**	**4.026**	**-**	**6.844.229**

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

Eur

	2022				2021			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	197.193	-	-	197.193	217.129	-	-	217.129
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	51.956	47	-	52.003	51.629	49	-	51.678
Custo do exercício	**249.149**	**47**	**-**	**249.196**	**268.758**	**49**	**-**	**268.807**

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como segue:

Eur

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	7.338.695	7.316.669
Pagamentos efetuados pelo fundo	(175.028)	(186.078)
Retorno esperado do fundo	41.798	19.524
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	(875.531)	173.202
Transferências entre associados	90.433	15.377
Saldo em 31 de dezembro	**6.420.367**	**7.338.694**

As contribuições para o Plano PIR efetuadas pela Companhia ascenderam a Euro 178.000 (2021: 171.000).

As contribuições para o Plano Complementar de Contribuição Definida PIR efetuadas pela Companhia ascenderam a Euro 295.000 (2021: 260.000).

A contribuição esperada para o ano de 2022 para o Plano de Benefício Definido é de Euro 199.855 (2021: 199.855).

Os (ganhos)/perdas atuariais em 2022 e 2021, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisados como segue:

Eur

	2022			2021		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	2.139.437	1.232.956	3.372.393	2.795.864	1.233.324	4.029.188
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	(2.371.128)	(57)	(2.371.185)	(483.224)	(368)	(483.592)
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	875.531	-	875.531	(173.202)	-	(173.202)
Saldo em 31 de dezembro	**643.840**	**1.232.899**	**1.876.739**	**2.139.438**	**1.232.956**	**3.372.394**

Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos atuariais resultantes das alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 2.076.000. Em 2021 os ganhos atuariais foram de Euro 511.000.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisados como segue:

Eur

	2022				2021			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	498.492	(4.026)	-	494.466	110.823	(5.407)	-	105.416
Custo do Exercício	(249.149)	(47)	-	(249.196)	(268.758)	(49)	-	(268.807)
(Ganhos) / perdas atuariais	1.495.597	57	-	1.495.654	656.426	368	-	656.794
Benefícios pagos pela companhia	-	1.286	-	1.286	-	1.062	-	1.062
Contribuições e outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	**1.744.940**	**(2.730)**	**-**	**1.742.210**	**498.491**	**(4.026)**	**-**	**494.465**

Os ativos do fundo de pensões são analisados da seguinte forma:

Eur

	2022	2021
Títulos de rendimento variável	1.714.238	2.145.834
Títulos de rendimento fixo	4.246.431	4.552.926
Imóveis	59.067	63.113
Outros	400.631	576.821
	6.420.367	**7.338.694**

Atualmente o fundo pensões da Companhia não tem exposição a ativos do Grupo.

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	(1,00)%	**1,00%**
	Eur	*Eur*
Taxa de Desconto	914.928	(706.228)
Taxa de Crescimento das Pensões	(726.262)	928.918
Taxa de Crescimento dos Salários	(2.319)	2.690

	Impacto alteração de pressupostos demograficos
	+1 ano
	Eur
Alteração da Tábua de Mortalidade	160.459

Nota 18 Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o saldo desta conta é analisado como segue:

		Eur
	2022	2021
Tomadores de seguros	25.303.685	27.644.183
Mediadores de seguros	7.639.866	5.373.308
Resseguradores	21.043.484	22.315.025
	53.987.035	55.332.516
Imparidade	(2.384.523)	(1.711.384)
Total	**51.602.512**	**53.621.132**
Outros devedores	3.466.268	216.509
Total Outros devedores	**3.466.268**	**216.509**
Total	**55.068.780**	**53.837.641**

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 3.164.152 (2021: Euro 3.063.152) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euro 322.932 (2021: Euro 331.442) foram considerados para efeito do reconhecimento de imparidade.

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se ainda registado o montante de Euro 4.396.711 (2021: Euro 5.801.003) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre a Companhia e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro, Sul e Ilhas. Em resultado da parceira com os CTT – Correios de Portugal, S.A. iniciada em 2015, esta rubrica inclui o montante de Euros 17.569.845 (2021: Euro 18.440.493).

Relativamente aos reembolsos de sinistros, encontram-se registados os montantes de Euros 2.061.591 (2021: Euro 1.379.942) relativos a imparidade dos mesmos

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

		Eur
	2022	2021
Saldo no início do ano	1.711.384	1.831.493
Reversões	(8.510)	(220.286)
Dotação do exercício	681.649	100.177
Saldo no final do ano	**2.384.523**	**1.711.384**

Nota 19 Impostos correntes e Impostos diferidos

O imposto sobre o lucro foi reconhecido nas contas nos termos previstos na Norma n.º 10/2016-R, de 15 de setembro (que revogou integralmente a Norma n.º 4/2007-R, de 27 de abril), e de harmonia com a IAS 12.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2022 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21% (21% em 2021), aplicável à matéria coletável da Companhia. Adicionalmente aplica-se 1,5% (2021: 1,5%) de derrama municipal ao lucro tributável, acrescido da derrama estadual aplicável ao lucro tributável dependente do montante deste, como segue:

Taxas (%)	Lucro tributável
0%	Até 1.500.000
3%	De mais de 1.500.000 até 7.500.000
5%	De mais de 7.500.000 até 35.000.000
9%	Superior a 35.000.000

O imposto sobre o lucro é reconhecido na Conta de Ganhos e Perdas, exceto quando esteja relacionado com rubricas que sejam reconhecidas diretamente em capital próprio, casos em que é também registado por contrapartida da conta de capital próprio respetiva.

O imposto corrente é determinado com base no resultado tributável apurado nas declarações de auto - liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes, as quais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir dos exercícios a que respeitam. Não se esperam ajustamentos significativos às declarações de anos anteriores.

As declarações de autoliquidação das Companhia do Grupo ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior, contados a partir do exercício a que respeita. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras. No âmbito de acompanhamento tributário, através do programa de autoavaliação e revisão dos riscos, a última inspeção tributária realizada foi ao exercício de 2016, tendo ocorrido no ano de 2018.

Os impostos e taxas ativos e passivos são analisados como se segue:

Eur

	Ativos		Passivos	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre o rendimento				
Entregas por conta	5 014 326	6 850 401	-	-
Apuramento de IRC a liquidar/receber	(4 792 486)	(5 871 989)	-	-
Retenções efetuadas por terceiros	(482)	(216)	-	-
	221 357	978 196	-	-
Outros impostos e taxas				
Retenções de imposto na fonte	-	-	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	10 363	-	(55 859)	(21 248)
Contribuições para a Segurança Social	-	-	(288 934)	(255 361)
Outros impostos e taxas	37 162	-	(1 098 014)	(1 044 965)
	47 524	-	(1 442 807)	(1 321 575)
Impostos diferidos				
Por diferenças temporárias	2 114 374	1 295 004		(1 391 172)
Total	**2 383 256**	**2 273 200**	**(1 442 807)**	**(2 712 747)**

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

Eur

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros	798 039	-	-	(1 391 172)	798 039	(1 391 172)
Provisões	599 111	459 226	-	-	599 111	459 226
Benefícios a empregados	523 650	608 394	-	-	523 650	608 394
Outros	193 575	227 384	-	-	193 575	227 384
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	**2 114 374**	**1 295 004**	**-**	**(1 391 172)**	**2 114 375**	**(96 168)**

A taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos é baseada na projeção dos lucros futuros da Companhia, estimando-se que, no final do exercício de 2022, e relativamente aos períodos seguintes, as diferenças temporárias sejam revertidas à taxa de 27,5% (2021: 27,5%).

O movimento do imposto diferido de balanço em 2022 e 2021 foi reconhecido como segue:

Eur

	2022		2021	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Ativos financeiros	-	2 189 210	-	6 095
Provisões	139 884	0	(89 244)	-
Benefícios a empregados	(53 131)	(31 611)	(399 567)	(3 801)
Outros	(33 810)	-	(24 055)	-
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	**52 943**	**2 157 598**	**(512 866)**	**2 294**

O imposto sobre o rendimento reconhecido no capital próprio em 2022 e 2021 é analisado como segue:

Eur

	2022	2021
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido	798 037	(1 391 172)
Participação nos resultados	-	-
	798 037	**(1 391 172)**
Ganhos / perdas atuariais	568 691	600 302
	1 366 728	**(790 870)**

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como segue:

Eur

	2022	2021
Imposto corrente	(4 792 457)	(5 871 959)
Imposto diferido	52 943	(512 866)
Total imposto reconhecido em resultados	**(4 739 514)**	**(6 384 825)**

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efetiva de imposto é como se segue:

		Eur
	2022	2021
Resultado antes de impostos	17 412 719	21 977 604
Taxa de imposto	-	-
Imposto nominal (21%)	3 656 671	4 615 297
Derrama municipal (1.5%)	261 191	329 664
Derrama estadual (5%)	870 636	1 098 880
Imposto calculado com base na taxa de imposto	4 788 498	6 043 841
Diferenças relativas a exercícios anteriores	(103 439)	(73 469)
Tributação autónoma	100 652	106 565
Outras diferenças permanentes	130 928	518 061
Efeito escalonamento de taxa	(177 125)	(210 173)
Sifide	(2 131 260)	-
Imparidade Sifide	2 131 260	-
	4 739 514	**6 384 825**

Sifide – Sistema de incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial

A Medis contribuiu para o Fundo de Capital de Risco Ageas Invest I, dividido por FCR Ageas Invest I A e por FCR Ageas Invest I B, para investimento em empresas de I&D (Investigação & Desenvolvimento).

A Médis fez uma contribuição pelo montante de 2 583 346 euros para o Fundo de Capital de Risco Ageas Invest I, cujo objetivo é investimento em empresas de I&D.

Nestes termos e ao abrigo da legislação aplicável, no exercício de 2022, há lugar a uma dedução à coleta de 33,5% majorada de 50%, em virtude de nos últimos dois anos não ter sido aplicado qualquer benefício desta natureza. Desta forma, o valor a deduzir à coleta ascende a 2 131 260 euros tendo sido totalmente consumido.

Neste contexto, e no sentido de eliminarmos o risco de investimento em empresas que possam não vir a cumprir com a certificação pela ANI (Agência Nacional de investigação), foi decidido a criação de uma provisão para o efeito.

Esta provisão anula o efeito do benefício fiscal em P&L, sendo a mesma estornada nos exercícios económicos seguintes, consoante seja obtida com sucesso a certificação nas empresas investidas pela ANI.

Nota 20 Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta conta é analisado como segue:

		Eur
	2022	2021
Tomadores de seguros e intermediários	14.142.369	11.120.309
Resseguradores	1.076.651	1.520.818
Credores por operações seguro e resseguro	15.219.020	12.641.127
Outros credores	18.076.399	16.277.686
Total	**33.295.419**	**28.918.813**

Outros credores inclui o valor de Euro 15.600.000 (2021: 14.300.000) relativos a dividendos a liquidar à Ageas Portugal Holdings.

Nota 21 Acréscimos e diferimentos

Em dezembro de 2022 os Acréscimos e diferimentos registados no ativo totalizam o montante de Euro 29.212 e não incluem licenças de software (2021: Euro 35.210).

Em dezembro de 2022 os Acréscimos e diferimentos registados no passivo no montante de Euro 5.174.969 (2021: Euro 5.903.595) estão relacionados com custos com pessoal (incluindo bónus) no montante de Euro 3.239.583 (2021: Euro 3.132.715), despesas de IT no montante de Euro 196.454 (2021: Euro 116.869), despesas de marketing no montante de Euro 357.351 (2021: Euro 359.846) e despesas de outros fornecimentos e serviços externos no montante de Euro 1.381.581 (2021: Euro 2.294.165).

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 22 Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Médis, no montante de Euro 12.000.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 2.400.000 ações, com o valor nominal de Euro 5 cada.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 e).

Os movimentos da reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2022 e 2021, são analisados como segue:

		Eur
	2022	2021
Saldos em 1 de janeiro	5.058.808	5.080.973
Ajustamentos no justo valor	(7.960.763)	(22.165)
Saldos em 31 de dezembro	(2.901.955)	5.058.808

A reserva de justo valor dos ativos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

		Eur
	2022	2021
Custo amortizado	97.099.186	80.330.942
Justo valor	94.197.231	85.389.749
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	(2.901.955)	5.058.807

Outras reservas

As Outras reservas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são analisadas como se segue:

Eur

	2022			2021		
	Outras reservas			Outras reservas		
	Valor bruto	Impostos diferidos	Total	Valor bruto	Impostos diferidos	Total
Reserva legal	12.000.000	-	12.000.000	12.000.000	-	12.000.000
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-
Prémios de emissão	-	-	-	-	-	-
Outras reservas	11.057	-	11.057	11.057	-	11.057
	12.011.057	-	12.011.057	12.011.057	-	12.011.057
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(1.876.740)	568.691	(1.308.049)	(3.372.394)	600.302	(2.772.092)
Total outras reservas	10.134.317	568.691	10.703.008	8.638.663	600.302	9.238.965

Reserva por impostos

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 s).

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Médis tem de constituir uma reserva legal de 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

Resultados transitados

O capital próprio em 31 de dezembro de 2022 é analisado como se segue:

Eur

	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	(2.901.955)	798.037	(2.103.918)	-	-	-	(2.103.918)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	12.673.206	12.673.206
Resultados transitados	-	-	-	-	-	35.892.702	-	35.892.702
Reserva legal e outras reservas	-	-	-	-	12.011.057	-	-	12.011.057
Ganhos / (perdas) atuariais, liquidos	-	-	-	-	(1.308.049)	-	-	(1.308.049)
Saldos 31 dezembro 2022	12.000.000	(2.901.955)	798.037	(2.103.918)	10.703.008	35.892.702	12.673.206	69.164.998

O capital próprio em 31 de dezembro de 2021 é analisado como se segue:

Eur

	Capital	Reservas de reavaliação			Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	5.058.808	(1.391.172)	3.667.636	-	-	-	3.667.636
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	15.592.779	15.592.779
Resultados transitados	-	-	-	-	-	35.899.923	-	35.899.923
Reserva legal e outras reservas	-	-	-	-	12.011.057	-	-	12.011.057
Ganhos / (perdas) atuariais, liquidos	-	-	-	-	(2.772.092)	-	-	(2.772.092)
Saldos 31 dezembro 2021	12.000.000	5.058.808	(1.391.172)	3.667.636	9.238.965	35.899.923	15.592.779	76.399.303

II.7 Outras Notas

Nota 23 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

Eur

	2022	2021
Remunerações	1.145.187	579.911
Contribuições para o fundo de pensões	10.348	61.099
	1.155.535	**641.010**

Os impactos das transações significativas com partes relacionadas em 2022 são analisados como segue:

Eur

Balanço	Grupo BCP	Ageas SA/NV	Ocidental Seguros	Ageas Portugal Holdings	Ageas Portugal Services ACE	Ageas Seguros	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	GO DNL	SPPP	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	712.570	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	712.570
Investimentos em filiais	-	-	-	-	-	-	241.894	-	616.210	115.180	349.142	172.686	-	-	1.495.113
Ativos financeiros disponíveis para venda	750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	750
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	33.731.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.731.334
Contas a receber por operações de resseguro	-	1.700.058	-	-	-	18.070.603	-	-	-	-	-	-	-	-	19.770.661
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.498	-	47.498
Total do ativo	713.320	35.431.392	-	-	-	18.070.603	241.894	-	616.210	115.180	349.142	172.686	47.498	-	55.757.926
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	70.203.623	-	-	-	-	-	-	-	-	70.203.623
Contas a pagar por outras operações	2.097	-	-	15.600.000	1.047.549	-	-	-	-	-	-	-	85.384	-	16.735.030
Total do passivo	2.097	-	-	15.600.000	1.047.549	70.203.623	-	-	-	-	-	-	85.384	-	86.938.653
Líquido Ativo / (Passivo) 2022	**711.223**	**35.431.392**	**-**	**(15.600.000)**	**(1.047.549)**	**(52.133.020)**	**241.894**	**-**	**616.210**	**115.180**	**349.142**	**172.686**	**(37.886)**	**-**	**(31.180.728)**
Líquido Ativo / (Passivo) 2021	**2.682.578**	**29.218.968**	**(26.179.247)**	**(14.300.000)**	**(997.268)**	**(8.254.794)**	**244.017**	**-**	**604.080**	**111.819**	**342.977**	**170.410**	**(97.246)**	**-**	**(16.453.707)**

Eur

Demonstração de resultados	Grupo BCP	Ageas SA/NV	Ocidental Seguros	Ageas Portugal Holdings	Ageas Portugal Services ACE	Ageas Seguros	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	GO DNL	SPPP	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	(135.394.282)	-	-	-	283.197.076	-	-	-	-	-	-	-	-	147.802.794
Rendimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	(2.123)	-	12.130	3.361	6.165	2.277	-	-	21.810
Outros proveitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111.248	-	111.248
Total de proveitos	-	(135.394.282)	-	-	-	283.197.076	(2.123)	-	12.130	3.361	6.165	2.277	111.248	-	147.935.852
Custos e gastos de exploração líquidos	-	36.060.947	-	-	-	(36.632.304)	-	-	-	-	-	-	-	-	(571.357)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	96.174.949	-	-	-	(193.368.982)	-	-	-	-	-	-	(1.783.920)	-	(98.977.953)
Gastos gerais e administrativos	(422.667)	(7.444)	-	-	(7.566.035)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.174.456)	(9.170.602)
Total de custos	(422.667)	132.228.452	-	-	(7.566.035)	(230.001.286)	-	-	-	-	-	-	(1.783.920)	(1.174.456)	(108.719.912)
Líquido Proveitos / (Custos) 2022	**(422.667)**	**(3.165.830)**	**-**	**-**	**(7.566.035)**	**53.195.790**	**(2.123)**	**-**	**12.130**	**3.361**	**6.165**	**2.277**	**(1.672.672)**	**(1.174.456)**	**40.390.396**
Líquido Proveitos / (Custos) 2021	**(1.273.215)**	**(3.257.559)**	**49.558.990**	**-**	**(7.112.825)**	**6.489.666**	**(2.437)**	**(216)**	**11.221**	**3.163**	**4.227**	**1.410**	**(1.024.887)**	**-**	**43.397.539**

Eur

DVCP	Ageas Portugal Holdings	Total
Dividendos	(15.600.000)	(15.600.000)
Líquido variações no capital próprio 2022	**(15.600.000)**	**(15.600.000)**
Líquido variações no capital próprio 2021	**(21.300.000)**	**(21.300.000)**

Os impactos das transações significativas com partes relacionadas em 2021 são analisados como segue:

Eur

Balanço	Grupo BCP	Ageas SA/NV	Ocidental Seguros	Ageas Portugal Holdings	Ageas Portugal Services ACE	Ageas Seguros	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	GO DNL	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.685.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.685.301
Investimentos em filiais	-	-	-	-	-	-	244.017	-	604.080	111.819	342.977	170.410	-	1.473.303
Ativos financeiros disponíveis para venda	750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	750
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	24.670.482	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.670.482
Contas a receber por operações de resseguro	-	4.548.486	14.583.492	-	-	2.214.728	-	-	-	-	-	-	-	21.346.706
Contas a receber por outras operações	-	-	2.323	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.355	56.678
Total do ativo	2.686.051	29.218.968	14.585.815	-	-	2.214.728	244.017	-	604.080	111.819	342.977	170.410	54.355	50.233.220
Provisões técnicas	-	-	40.765.062	-	-	10.469.522	-	-	-	-	-	-	-	51.234.584
Contas a pagar por outras operações	3.474	-	-	14.300.000	997.268	-	-	-	-	-	-	-	151.601	15.452.343
Total do passivo	3.474	-	40.765.062	14.300.000	997.268	10.469.522	-	-	-	-	-	-	151.601	66.686.927
Líquido Ativo / (Passivo) 2021	**2.682.578**	**29.218.968**	**(26.179.247)**	**(14.300.000)**	**(997.268)**	**(8.254.794)**	**244.017**	**-**	**604.080**	**111.819**	**342.977**	**170.410**	**(97.246)**	**(16.453.707)**
Líquido Ativo / (Passivo) 2020	**4.766.891**	**29.740.219**	**(35.025.770)**	**(28.200.000)**	**(444.638)**	**(7.249.943)**	**237.355**	**189.553**	**592.859**	**108.656**	**333.958**	**-**	**(62.657)**	**(35.013.518)**

Eur

Demonstração de resultados	Grupo BCP	Ageas SA/NV	Ocidental Seguros	Ageas Portugal Holdings	Ageas Portugal Services ACE	Ageas Seguros	H2Care	Go Porto	ANCPG	ANCPG 4	ANCPG 2	Go Classique	GO DNL	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	(123.643.294)	225.591.143	-	-	33.264.315	-	-	-	-	-	-	-	135.212.164
Rendimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	(2.437)	(216)	11.221	3.163	4.227	1.410	-	17.368
Outros proveitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186.326	186.326
Total de proveitos	-	(123.643.294)	225.591.143	-	-	33.264.315	(2.437)	(216)	11.221	3.163	4.227	1.410	186.326	135.415.859
Custos e gastos de exploração líquidos	-	36.123.062	(27.070.937)	-	-	(6.486.638)	-	-	-	-	-	-	-	2.565.487
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	84.273.361	(148.961.216)	-	-	(20.288.011)	-	-	-	-	-	-	-	(84.975.866)
Gastos gerais e administrativos	(1.273.215)	(10.688)	-	-	(7.112.825)	-	-	-	-	-	-	-	(1.211.214)	(9.607.941)
Total de custos	(1.273.215)	120.385.735	(176.032.153)	-	(7.112.825)	(26.774.649)	-	-	-	-	-	-	(1.211.214)	(92.018.320)
Líquido Proveitos / (Custos) 2021	**(1.273.215)**	**(3.257.559)**	**49.558.990**	**-**	**(7.112.825)**	**6.489.666**	**(2.437)**	**(216)**	**11.221**	**3.163**	**4.227**	**1.410**	**(1.024.887)**	**43.397.539**
Líquido Proveitos / (Custos) 2020	**(934.806)**	**(7.719.336)**	**51.387.737**	**-**	**(5.797.625)**	**7.211.307**	**(4.445)**	**5.500**	**11.011**	**3.105**	**717**	**-**	**(277.135)**	**43.886.030**

Eur

DVCP	Ageas Portugal Holdings	Total
Dividendos	(21.300.000)	(21.300.000)
Líquido variações no capital próprio 2021	**(21.300.000)**	**(21.300.000)**
Líquido variações no capital próprio 2020	**(17.400.000)**	**(17.400.000)**

As transações com o Grupo BCP são referentes, maioritariamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

As transações com a Ocidental Seguros e com a Ageas Seguros são relativas ao tratado de resseguro existente no âmbito do Ramo Doença.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável. Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos sociais.
Os valores de 2021 e 2020 incluem o efeito do novo contrato de resseguro - Apollo (ver II.1 Políticas Contabilísticas *h) Resseguro*).

Nota 24 Gestão de riscos

Para a Médis assumir riscos é intrínseco à forma como a Companhia cria valor para os seus clientes e acionistas. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos, que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Médis vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

A Médis tem definida e implementada uma política de Risco, com o objetivo de dar cumprimento aos princípios estabelecidos na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, transpondo a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 (Diretiva Solvência II), tendo sido objeto de alterações posteriores.

Esta política estabelece o Sistema de Gestão de Riscos, incluindo a filosofia e estratégia que governam a abordagem e a atitude perante o risco. O Sistema de Gestão de Risco incorpora um conjunto de políticas, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito do processo de gestão de riscos, e também define os requisitos de reporte.

Modelo de Governação do Risco

As atividades de gestão de riscos da Médis encontram-se incorporadas nos órgãos de gestão existentes, tendo sido criados comités e funções específicas de risco, cujos princípios se encontram definidos na política de Risco.

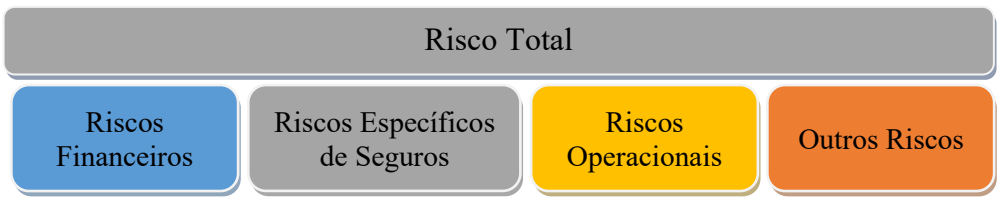
A função de Risco na Médis, centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO), tem como responsabilidades assegurar a segunda linha de defesa da pirâmide de controlo instituída na empresa, identificar, medir e supervisionar / controlar todos os riscos, monitorizar o apetite ao risco e construir um ambiente favorável à gestão dos riscos na Companhia.

À Direção de Gestão de Risco compete analisar, monitorizar e reportar os riscos, através da realização de diversas análises, destacando-se neste contexto o exercício de Autoavaliação do Risco e da Solvência (ORSA) efetuado anualmente, em conjunto com o exercício de planeamento estratégico, com vista a avaliar todos os riscos inerentes ao negócio e, em função de estratégia, determinar as necessidades futuras de capital.

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte dentro da Médis, está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de risco que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



A Médis tem implementado um processo de identificação, avaliação, monitorização e reporte dos riscos relevantes - *Key Risk Reporting* (KRR) - que combina avaliações *bottom-up*, envolvendo toda gestão da operação da Companhia, e uma revisão *top-down*, envolvendo os membros da Comissão Executiva.

Trimestralmente, a Médis reporta os seus riscos mais relevantes (atuais & emergentes), respetivos controlos e ações associadas. Na identificação desses riscos são consideradas todas as categorias incluídas na taxonomia de riscos, usando uma metodologia consistente, em consonância com o apetite ao risco.

Estes riscos são mitigados para alcançar a estratégia da Médis, através da melhoria dos processos ou através de uma combinação de melhoria de processos e ajustes, quando apropriado.

Os riscos para os quais é calculado um requisito de capital de solvência através da fórmula padrão são considerados riscos de Pilar 1. Estes riscos são medidos numa base *on-going* e comunicados ao Comité de Risco através de relatórios trimestrais de risco. No âmbito do processo ORSA, esses riscos são também avaliados numa base *forward looking* no horizonte temporal do planeamento estratégico.

Os riscos que não estão comtemplados pela fórmula padrão, são considerados riscos de Pilar 2 e a avaliação de necessidade de capital é efetuada através de uma árvore de decisão. O *framework* de apetite ao risco da Ageas, baseia-se numa visão interna dos requisitos de capital que considera igualmente os riscos que não são considerados no Pilar 1 e para os quais se considera necessário deter capital. Este capital adicional pode não estar constituído ao nível da entidade legal, tendo que estar disponível ao nível do País (Ageas Portugal Holding).

No âmbito da gestão dos riscos são continuamente avaliados e monitorizados os riscos que a seguir se enumeram.

A. Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Médis, estão divididos nas seguintes categorias:

Os riscos financeiros decorrem do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados Riscos de Mercado, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado Risco de Incumprimento, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado Risco de Liquidez.

<u>Modelo de Governação dos Riscos Financeiros</u>

O modelo de governação relacionado com os Riscos Financeiros na Médis está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Médis é responsável pela aprovação final da Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na Médis são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o CFO tem responsabilidades na gestão do Risco Financeiro, o qual delega no Comité Investimentos & ALM e no Comité de Risco;
- O Comité de Investimentos & ALM:
    - É responsável por monitorizar a implementação da estratégia de investimentos, e orientar a alocação tática de investimentos;
    - Avaliar novas oportunidades de investimento e monitorizar o desempenho dos investimentos, de acordo com limites de risco estabelecidos pela Comissão Executiva e seguindo as recomendações do Comité de Risco.
- O Comité de Risco:
    - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- A Função de Risco:
    - Em conjunto com a Direção de Investimentos define a Strategic Asset Allocation (SAA) global, que serve de base para a Estratégia de Investimentos.
    - É responsável por definir os limites agregados, bem como os limites por "Investment Pool". Estes últimos devem, no entanto, ser reavaliados juntamente com a Direção de Investimentos, de forma a ter em conta a Estratégia de Investimento global.
    - É responsável pela comunicação relacionada com o resultado da SAA para o Comité de Riso e Comité de ALM e Investimentos, Direção de Investimentos e todos os outros intervenientes relevantes.
    - Emite opinião acerca das ações desenvolvidas para mitigar o risco nos casos em que os "soft limits" estejam a ser ultrapassados.

- A Função de Investimentos:

- Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
- Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulamentação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos & ALM delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos, a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
- Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos & ALM / Comité de Risco ou pelo Supervisor local.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Médis são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Companhia contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc.

O Risco de Mercado representa o risco de eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira da Companhia, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros. Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Concentração, que resulta de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o Risco de Mercado, e, por conseguinte, encontram-se definidos na política de investimentos limites quanto à concentração de ativos por atividade económica, grupo económico, por emitente e por rating.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a carteira de investimentos da Médis (incluindo juros acumulados), apresenta a seguinte composição por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	**2022**	**%**	**2021**	**%**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**94.197.231**	100,0%	**85.389.749**	100,0%
Dívida pública	56.403.802	59,9%	44.545.826	52,2%
Obrigações	34.374.494	36,5%	32.939.377	38,6%
Ações	750	0,0%	750	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	0	0,0%	1.662.720	1,9%
Ações	3.418.185	3,6%	6.241.075	7,3%
Total	**94.197.231**	100,0%	**85.389.749**	100,0%

As ações detidas são decompostas por tipo de setor:

	Ativos financeiros disponíveis para venda			
AÇÕES	**2022**		**2021**	
POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Instituições financeiras	750	100,0%	750	100,0%
	750	**100,0%**	**750**	**100,0%**

As obrigações detidas pela Médis são decompostas por tipo de indústria:

	Ativos financeiros disponíveis para venda			
OBRIGAÇÕES	**2022**		**2021**	
POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Dívida pública	56.357.322	62,1%	44.545.826	57,5%
Instituições financeiras	14.607.650	16,1%	16.202.455	20,9%
Indústria	2.934.794	3,2%	1.001.220	1,3%
Setores básicos e energéticos	3.310.490	3,6%	3.668.053	4,7%
Consumíveis não cíclicos	2.657.605	2,9%	718.529	0,9%
Consumíveis cíclicos	6.750.187	7,4%	6.048.162	7,8%
Comunicações	4.160.247	4,6%	5.300.958	6,8%
Energia	0	0,0%	0	0,0%
Tecnologia	0	0,0%	0	0,0%
	90.778.296	**100%**	**77.485.203**	**100%**

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em *ratings* externos ou equivalentes):

	Ativos financeiros disponíveis para venda			
OBRIGAÇÕES POR	**2022**		**2021**	
NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
AAA	13.008.805	14,3%	5.604.040	7,2%
AA	27.033.729	29,8%	23.139.832	29,9%
A	15.457.928	17,0%	9.079.051	11,7%
BBB	32.370.553	35,7%	37.825.251	48,8%
BB	484.875	0,5%	1.837.029	2,4%
B	-	0,0%	0	0,0%
Sem Rating	2.422.406	2,7%	-	0,0%
Total	**90.778.296**	**100,0%**	**77.485.203**	**100,0%**
Dívida pública	56.403.802	62,1%	44.545.826	57,5%
Obrigações	34.374.494	37,9%	32.939.377	42,5%
Total	**90.778.296**	**100,0%**	**77.485.203**	**100,0%**

As unidades de participação em fundos de investimento detidas são decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO	Disponíveis para venda						
POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	**Portugal**	**Luxemburgo**	**França**	**Inglaterra**	**Irlanda**	**TOTAL**	**%**
Obrigações	-	-	-	-	-	-	0,0%
Ações	3.418.185	-	-	-	-	3.418.185	100,0%
Total em 31 dezembro 2022	**3.418.185**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.418.185**	**100,0%**
Obrigações	-	1.662.720	-	-	-	1.662.720	21,0%
Ações	-	4.551.120	-	-	1.689.955	6.241.075	79,0%
Total em 31 dezembro 2021	**-**	**6.213.840**	**-**	**-**	**1.689.955**	**7.903.795**	**100,0%**

Análises de Sensibilidade

No âmbito da gestão dos ricos de mercado são efetuadas análises de sensibilidade às variações dos mercados financeiros tendo por base variações percentuais nos mercados de capitais, bem como variações das taxas de juros, que podem influenciar o valor de mercado dos ativos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Médis	**Taxa de Juro Impacto I (+0,5%)**	**Taxa de Juro Impacto II (-0,5%)**	**Obrigações Impacto I (+0,5%)**	**Dívida Pública Impacto I (+0,5%)**	**Dívida Pública e Obrigações Impacto I (+0,5%)**
Obrigações	(362.264)	370.798	(369.535)	-	(369.535)
Dívida Pública	(524.284)	537.616	-	(524.284)	(524.284)
Total	**(886.548)**	**908.414**	**(369.535)**	**(524.284)**	**(893.819)**

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a incapacidade de cumprir as obrigações de caixa quando os pagamentos são devidos, quer por um aumento súbito das necessidades de liquidez, quer pela existência de potenciais dificuldades que reduzam inesperadamente a disponibilidade dos recursos existentes para cobrir essas necessidades.

Podem ser consideradas três categorias de risco de liquidez:

- Risco de valor de liquidação: o risco de que ocorrências ou um número de sinistros imprevistos possam exigir a liquidação de ativos, em condições de mercado desfavoráveis, resultando em perdas do valor realizado;
- Risco de liquidez de mercado: o risco de que o processo de venda resulte em perdas, em resultado de condições de mercado desfavoráveis ou de elevadas concentrações dos ativos;
- Risco de financiamento de liquidez: o risco da Companhia não conseguir obter financiamento externo suficiente, no momento em que tal seja necessário (por exemplo, para cumprir com um grande sinistro inesperado), por deterem um conjunto de ativos pouco líquidos.

A gestão de liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

O Grupo Ageas possui um modelo de gestão de liquidez que permite a monitorização e adoção de medidas para evitar a sua rutura, quer em termos de curto prazo para fazer face às suas operações diárias, quer em termos de médio e longo prazo, para corresponder às necessidades de capital.

A gestão do Risco de Liquidez é assim realizada através de uma estrutura de limites que fornecem uma indicação da posição de liquidez, em condições normais e em condições de stress (cenário de stress de 1:200). Esses limites são definidos com base na comparação dos ativos líquidos com os passivos líquidos nos horizontes temporais de 3 meses e 1 ano, sendo utilizados ativamente na gestão do perfil de liquidez.

Adicionalmente, e para gestão de liquidez a médio e longo prazo, a Companhia segue uma política de maturidade dos seus produtos de acordo com rigorosos critérios de ALM, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimento dos compromissos registados no passivo.

Maturidades 2022	**Valores Nominais de Títulos de Rendimento Fixo e Depósitos a Prazo**	**Caixa e Equivalentes**	**Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações**
Sem maturidade	-	3.221.638	-
Inferior a 1 mês	2.400.000	-	55.068.780
Entre 1 e 3 meses	3.200.000	-	-
Entre 3 meses e 1 ano	29.700.000	-	-
Entre 1 ano e 5 anos	48.620.000	-	-
Superior a 5 anos	8.600.000	-	-
Total	**92.520.000**	**3.221.638**	**55.068.780**

Risco de Incumprimento

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem as obrigações contratuais. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações, derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e o Risco de Incumprimento, a Taxonomia de Risco da Médis é elaborada de forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

De forma a mitigar o risco de incumprimento, a Médis tem definidos limites de exposição por rating.

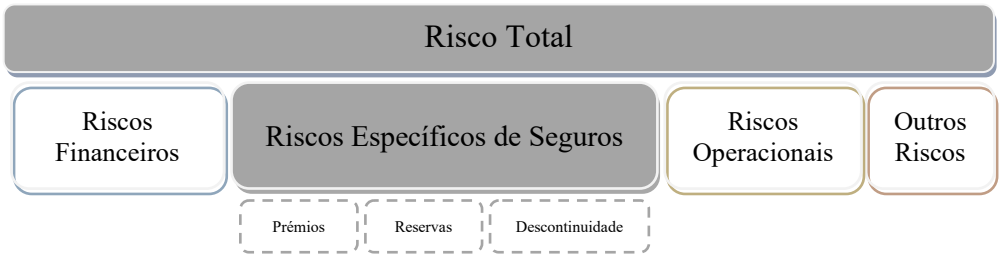
Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de *rating* externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos *ratings* referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

	2022		**2021**	
[EUR]	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Depósitos em Instituições de Crédito				
A	2.524.080	78,3%	4.464.975	62,6%
BB	697.559	21,7%	2.671.407	37,4%
	3.221.638	**100,0%**	**7.136.382**	**100,0%**
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AA	10.049	0,0%	-	0,0%
A	21.033.436	38,2%	22.315.025	41,4%
Sem rating	34.025.296	61,8%	31.522.616	58,6%
	55.068.781	**100,0%**	**53.837.641**	**100,0%**
Total	**58.290.418**		**60.974.023**	

B. Riscos Específicos de Seguros

Os Riscos Específicos de Seguros representam o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo, decorrentes da atividade seguradora devido à utilização de pressupostos inadequados na fixação de preços e no provisionamento de responsabilidades.

Os Riscos Específicos de Seguros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Médis, estão divididos nas seguintes categorias:



A Médis gere os Riscos Específicos de Seguros através da conjugação das suas políticas de aprovação de produtos, subscrição, provisionamento e resseguro.

Com base na definição estratégica dos segmentos alvo, são conceptualizadas políticas e processos de gestão de riscos dos respetivos contratos de seguros. Estas políticas, focalizam-se na aceitação dos riscos, no provisionamento das responsabilidades e na monitorização da carteira, para identificação quer de desvios ao nível da tarifa e da sinistralidade, quer para averiguação permanente do adequado provisionamento.

Na Médis estão envolvidas diversas áreas na gestão dos Riscos Específicos de Seguros, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

A estrutura de governação dos Riscos Específicos de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição, e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;

- A Função de Risco é responsável por definir o Apetite ao Risco de subscrição e o Apetite ao Risco de forma agregada, bem como avaliar/gerir os Riscos Específicos de Seguros de acordo com as regras e políticas estabelecidas na Médis;

- O Comité de Risco é responsável pela recomendação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;

- O Comité de Produtos e *Pricing* Saúde é responsável por rever, fazer recomendações e aprovar as propostas de alteração de produtos/prémios, assim como efetuar a monitorização da rentabilidade dos produtos;

- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos.

Em paralelo, a análise da adequação das provisões é efetuada, uma vez por ano, pelo atuário responsável nomeado pela Companhia.

A mensuração dos riscos específicos de seguros é efetuada através do cálculo do capital económico para os riscos de subscrição (prémios, reservas e descontinuidade), após o efeito do resseguro.

Neste contexto, o comportamento do mercado e dos clientes, os critérios de subscrição e de gestão de sinistros e as características da carteira em vigor, constituem dados necessários para a modelização das duas variáveis, prémios e reservas, e assim aferir da necessidade de capital. Os montantes estimados de novo negócio e de renovações bem como a probabilidade de anulação dos contratos são igualmente avaliados e servem em simultâneo para o cálculo das responsabilidades. Os impactos que advêm dos contratos de resseguro existentes são também uma variável tida em conta na avaliação.

Risco de Prémios - *Pricing* e Subscrição

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora, fazendo parte do processo global de gestão dos Riscos Específicos de Seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, e que possibilita uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do mesmo, é o chamado processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado, incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística são utilizados por forma a melhorar as normas de subscrição, a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os riscos inesperados das apólices de seguros. Qual o valor que o segurado necessita pagar para obter uma cobertura predeterminada (prémio) é definido como o preço de um contrato de seguro.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, *profit testing*), como à posteriori (por exemplo, rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos. No geral, incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, conjuntura económica e tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecidos por concorrentes.

Está implementado na Companhia um processo de aprovação de produtos aplicado quer ao lançamento de novos produtos, quer no âmbito do refresh dos existentes. Este processo incorpora a aprovação, por todos os intervenientes, das condições / rentabilidade do produto no âmbito do Comité de Produtos e Pricing.

A monitorização dos rácios combinados por produto / linha de negócio, permite acompanhar a adequação das tarifas e avaliar as necessidades de saneamento.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

	Acidentes e Doença		**Outros**	
	2022	2021	2022	2021
Rácio Sinistros	71,1%	68,4%	3,2%	114,5%
Rácio Despesas	21,0%	21,4%	0,0%	0,0%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	92,1%	89,8%	3,2%	114,5%

Adicionalmente, a Médis realiza com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos.

Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2022	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2021
Custos de exploração - 10%	3.382.822	2.935.542
Custos com sinistros + 5%	(7.549.911)	(6.688.954)

Resseguro

Como forma de mitigação do risco, a Médis define anualmente a política de resseguro. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, a lista dos resseguradores e o grau de concentração. A monitorização destas variáveis é mensal.

O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de

acumulação de sinistros. A seleção das resseguradoras baseia-se, principalmente, em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes sinistros individuais, em que os limites das indemnizações são elevados, e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência, após resseguro e franquias, é resumida de seguida:

Saúde [EUR]

Ramo	Tipo de Resseguro	Capacidade Máxima de subscrição	Cedido ao Tratado Limite	Retenção/Prioridade
Global Catastrophic Medical Plan (Doenças Graves)	Quota Parte	1.000.000	80%	20%
Medical Expenses Quota Share Reinsurance Agreement (Hospitalização)	Quota Parte	1.000.000	90% até 832.500	Dedutível: 75.000 + Retenção: 10% até 92.500
Medical Expenses Plano Opção 2 Quota Share Reinsurance Agreement (Hospitalização - Oncologia)	Quota Parte	100.000	90% até 45.000	Dedutível: 50.000 + Retenção: 10% até 5.000
Saúde (Acunsa)	Quota Parte	Ilimitado	100%	0%

Risco de Reservas - Provisionamento

O Risco de Provisionamento reflete o risco decorrente das obrigações de seguros de Saúde em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros. Estes riscos podem surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Saúde.

As provisões para sinistros dos seguros de Saúde são estimadas para sinistros já ocorridos, mas ainda não comunicados, e para os sinistros já declarados, mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Médis constitui provisões por sinistro, ano de ocorrência e canal de distribuição, tendo em conta as projeções dos pagamentos não descontados e a estimativa dos sinistros ainda não declarados.

Os riscos relativos às apólices para os quais os prémios já foram recebidos, mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Periodicamente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política de provisionamento em vigor, e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração.

O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido de modo a dar garantias à gestão da Médis que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best estimate*), i.e., calculadas numa base económica, com um elevado grau de confiança. Todas as alterações consideradas necessárias são imediatamente reconhecidas e registadas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica das mesmas:

Triângulo de desenvolvimento das provisões para sinistros - Ramos Não Vida
Euro

Posição Balanço no fecho do ano [EUR]		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício			29.062.835	32.449.281	34.012.664	38.598.111	46.847.411	47.930.792	43.225.829	34.973.647	54.657.740
Pagamentos acumulados a:											
	Um ano de desenvolvimento	1.163.783	17.011.300	9.517.012	18.837.648	35.373.611	28.239.455	22.255.994	16.400.705	-1.721.697	
	Dois anos de desenvolvimento	1.404.284	17.258.960	10.142.944	22.636.621	35.341.519	29.637.717	29.893.356	16.434.452		
	Três anos de desenvolvimento	1.333.495	17.239.272	10.175.995	22.389.685	35.949.463	37.245.790	28.910.853			
	Quatro anos de desenvolvimento	1.230.011	17.269.582	10.202.231	22.595.501	43.362.516	36.555.153				
	Cinco anos de desenvolvimento	1.248.120	17.270.832	10.195.028	26.841.583	43.360.758					
	Seis anos de desenvolvimento	1.248.072	17.272.501	10.624.561	26.831.273						
	Sete anos de desenvolvimento	1.246.425	12.042.835	10.617.372							
	Oito anos de desenvolvimento	-161.424	12.042.960								
	Nove anos de desenvolvimento	-161.299									
Reservas reavaliadas a:											
	Um ano de desenvolvimento	4.878.910	22.866.274	17.055.194	24.178.025	42.867.698	35.817.298	32.872.958	23.740.129	4.982.176	
	Dois anos de desenvolvimento	2.742.734	19.251.081	11.624.597	25.345.189	38.147.790	33.740.750	33.012.745	19.473.962		
	Três anos de desenvolvimento	2.168.067	17.553.672	11.135.989	23.574.703	37.723.906	39.301.104	30.222.312			
	Quatro anos de desenvolvimento	1.243.092	17.353.474	10.528.735	23.379.692	44.829.786	37.383.793				
	Cinco anos de desenvolvimento	1.255.605	17.292.747	10.503.513	27.951.797	43.865.263					
	Seis anos de desenvolvimento	1.255.467	17.294.668	11.564.780	27.138.362						
	Sete anos de desenvolvimento	1.254.068	12.064.333	10.854.754							
	Oito anos de desenvolvimento	-153.789	12.064.075								
	Nove anos de desenvolvimento	-153.858									
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:											
	Valor nominal	153.858	16.998.760	21.594.527	6.874.302	-5.267.152	9.463.618	17.708.480	23.751.867	29.991.471	
	Percentagem		58,5%	66,5%	20,2%	-13,6%	20,2%	36,9%	54,9%	85,8%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31/12/2021	**31/12/2022**
Provisões para sinistros no final do exercício	34.973.647	54.657.741
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	69.159	252.680
Total provisões para sinistros Não Vida	**35.042.806**	**54.910.421**

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseados na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e, ainda, por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Eur

Linha de negócio Não Vida 2022	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	28.585.237	28.565.889	24.969.906	3.631.803	(205.875)
Assistência	333.024	333.024	10.537	-	-
Total Não Vida	**28.918.261**	**28.898.913**	**24.980.443**	**3.631.803**	**(205.875)**
Resseguro aceite	323.668.049	320.777.595	223.279.188	69.726.562	(8.067.893)
Total	**352.586.310**	**349.676.508**	**248.259.631**	**73.358.365**	**(8.273.768)**

Eur

Linha de negócio Não Vida 2021	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	26.615.287	26.023.588	21.131.125	3.662.062	(247.260)
Assistência	346.693	346.693	396.905	-	-
Total Não Vida	**26.961.980**	**26.370.281**	**21.528.030**	**3.662.062**	**(247.260)**
Resseguro aceite	296.137.808	293.107.897	197.087.814	64.690.607	(8.342.345)
Total	**323.099.788**	**319.478.178**	**218.615.844**	**68.352.669**	**(8.589.605)**

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Eur

Linha de negócio Não Vida 2022	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos gestão sinistros (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	20.002.282	769.863	4.197.760	24.969.905
Assistência	(1.121.818)	-	1.132.354	10.537
Total Não Vida	**18.880.464**	**769.863**	**5.330.115**	**24.980.442**
Resseguro aceite	200.092.393	6.391.319	16.795.475	223.279.188
Total	**218.972.857**	**7.161.182**	**22.125.590**	**248.259.630**

Linha de negócio Não Vida 2021	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos gestão sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	25.229.365	780.960	(4.879.200)	21.131.125
Assistência	1.272.036	-	(875.130)	396.906
Total Não Vida	**26.501.401**	**780.960**	**(5.754.330)**	**21.528.031**
Resseguro aceite	198.407.244	6.542.933	(7.862.364)	197.087.813
Total	**224.908.645**	**7.323.893**	**(13.616.694)**	**218.615.844**

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Eur

Linha de negócio 2022	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2021	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2022 em relação a 2021	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	34.965.699	533.500	6.697.650	(27.734.548)
Assistência	7.948	(2.059.209)	6.223	(2.060.934)
Total	**34.973.647**	**(1.525.709)**	**6.703.873**	**(29.795.482)**

Eur

Linha de negócio 2021	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2020	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2021 em relação a 2020	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	43.193.065	10.177.518	7.331.719	(25.683.828)
Assistência	32.764	6.469.823	6.108	6.443.167
Total	**43.225.829**	**16.647.341**	**7.337.827**	**(19.240.661)**

C. Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexequibilidade ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

A estrutura da gestão de risco é suportada por uma política de risco operacional específica (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas), que define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais identificados na execução de atividades de negócio do dia-a-dia pela Médis.

Do ponto de vista do modelo de governação, a Direção de Gestão de Risco suporta o Comité de Risco Operacional e Controlo Interno (ORICC) dedicado a este risco, o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia. Este Comité reporta ao Comité de Risco.

O risco operacional é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas.

O modelo de risco operacional assenta num processo contínuo de identificação, avaliação e monitorização dos riscos, através de uma abordagem *top-down* e *bottom-up*. Estas duas abordagens são sinergéticas, quando implementadas conjuntamente, e permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Key Risk Reporting* e discutidos no Comité de Risco.

Paralelamente existem dois processos que suportam a gestão do risco operacional: recolha de perdas operacionais e monitorização de indicadores de risco chave.

Adicionalmente, a Médis, no âmbito da avaliação contínua do Sistema de Controlo Interno, mantém a atenção e foco nos processos da Companhia através do desenho dos processos e identificação dos riscos e controlos existentes. Para os riscos mais significativos são acompanhados os planos de mitigação ou eliminação dos riscos.

Este modelo permite à companhia saber quais os principais riscos a que está exposta e geri-los da forma que considera adequada.

D. Outros Riscos

Os Outros Riscos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Médis em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Requisitos de Solvência

No âmbito dos requisitos de reporte de Solvência II (conforme o previsto no artigo 83.º do RJASR e no capítulo XII do título I do Regulamento Delegado e Norma Regulamentar nº 2/2017 de 24 de março), a Médis preparou e divulgou no seu sítio na internet,

o Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR) referente ao fecho do exercício 2021, contendo informação relacionada com o sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital, assim como uma breve análise sobre a atividade e desempenho da Companhia. Este relatório encontra-se certificado pelo atuário responsável e revisor oficial de contas.

Em 31 de dezembro de 2021, o rácio de solvência situava-se em 175%, após consideração de distribuição de dividendos expectáveis relativos ao exercício de 2021, reforçando a solidez financeira da Médis e o foco na gestão do capital.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2022.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2022 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2023.

Nota 25 Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de cash flows. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e refletem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos do Grupo são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta de que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia registados ao custo amortizado são como segue:

Eur

		2022		2021	
Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	3.221.638	3.221.638	7.136.382	7.136.382
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	3	55.068.780	55.068.780	53.837.641	53.837.641
		58.290.418	58.290.418	60.974.023	60.974.023
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	33.295.419	33.295.419	28.918.813	28.918.813
		33.295.419	33.295.419	28.918.813	28.918.813

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por *'providers'*;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 26 Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Seguradora, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 o total de garantias bancárias era de Euro 56.236 (2021: Euro 56.236). Estas garantias estão relacionadas com processos de sinistros.

Compromissos

A Companhia tem compromissos de investimento futuro de 1.2M EUR em fundos de investimento.

Em 2021 a Companhia não tinha compromissos de investimento e nem crédito hipotecário.

Nota 27 Impacto da adoção das IFRS17 e IFRS 9 a 1 de janeiro 2021

A Medis em 01 de janeiro de 2023 fez a adoção simultânea da IFRS9 – Instrumentos financeiros e a IFRS17 – Contratos de seguro. Optou pela possibilidade dada às Seguradoras de adiar a aplicação da IFRS9, uma vez que a implementação combinada com a IFRS17 minimizaria a distorção de resultados.

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – "Contratos de seguro", sendo aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro.

De acordo com a IFRS 17, no reconhecimento inicial, a Medis identificou os contratos que possuem risco similar e podem ser geridos em conjunto, agrupando-os em portfolios. Para efeitos de mensuração, esses portfolios são ainda subdivididos em cohorts anuais, de acordo com o ano de emissão. Cada um dos cohorts, de acordo com o retorno esperado futuro, é depois dividido nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira.

Os contratos de seguro passaram a ser mensurados usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cadencia dos fluxos de caixa descontados e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. Os rendimentos passaram a se reconhecidos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e a fornecer informações sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro.

Na mensuração dos contratos de seguro, a Medis optou pelo método de mensuração da Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"), dado que os seus contratos têm duração igual ou inferior a um ano.

Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 exige informação comparativa. Assim sendo, a Medis fez o exercício da transição a 01 de janeiro de 2022. Os impactos estimados da Transição para as IFRS 9 /17 a essa data no Capital próprio da Medis representam uma redução por efeito da adoção da IFRS17, sendo nulo o impacto da adoção da IFRS9.

A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com isenções previstas para a data de transição, isenções essas relacionadas com a impraticabilidade e complexidade envolvidas. A Medis aplicou a abordagem retrospetiva total.

.

Nota 28 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

a) **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. [A Companhia optou pela sua adoção antecipada em 2021].

b) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva, sem reexpressão dos comparativos. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

c) **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

d) **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos

contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

e) **Melhorias às normas 2018 – 2020**. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações destas normas]

IFRS 1, 'Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez'. Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras pode ser efetuada pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, com base na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

IFRS 9, 'Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação'. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra.

IFRS 16, 'Incentivos à locação'. Esta melhoria refere-se à alteração do Exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, para eliminar inconsistências no tratamento contabilístico de incentivos à locação, atribuídos pelo locador.

IAS 41, 'Tributação e mensuração do justo valor'. Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – 'Justo valor'.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

b) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

c) **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva com algumas isenções na data da transição. [A Companhia espera impactos decorrentes da adoção da Norma, conforme descrito na Nota: Impacto da adoção das IFRS17 e IFRS9 em 1 de janeiro 2021].

d) **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospetiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. [A Companhia espera impactos decorrentes da adoção da Norma, conforme descrito na Nota: Impacto da adoção das IFRS17 e IFRS9 em 1 de janeiro 2021].

e) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

b) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospetiva. [A Companhia não espera impactos relevantes decorrente das alterações desta norma].

……

Quadro resumo novas normas:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2022		
● IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021 [A Companhia optou pela sua adoção antecipada em 2021]	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações à locação, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
● IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de	1 de janeiro de 2022

Descrição	Alteração	Data efetiva
	testes, ao custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis	
● IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
● IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
● Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, já endossadas pela UE		
● IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"	1 de janeiro de 2023
● IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
● IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
● IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
● IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, ainda não endossadas pela UE		
● IAS 1 – Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
● IAS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024

II.8 Eventos subsequentes

A Companhia tem monitorizado ao nível da Solvência e Liquidez os efeitos que se estão a sentir com a subida das taxas de juro e de inflação, traduzindo-se no aumento dos preços dos bens e serviços, incremento do custo dos empréstimos, redução do poder de compra das famílias e aumento do retorno dos investimentos. Deste modo, a Companhia considera que estes eventos não implicam ajustes futuros às Demonstrações financeiras apresentadas a 31 dezembro de 2022.

Em 01 de janeiro de 2023, a Companhia, fez a adoção simultânea da IFRS9 – Instrumentos financeiros e a IFRS17 – Contratos de seguro. Optou pela possibilidade dada às Seguradoras de adiar a aplicação da IFRS9, uma vez que a implementação combinada com a IFRS17 minimizaria a distorção de resultados. Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 exige informação comparativa. Assim sendo, a Companhia fez o exercício da transição a 01 de janeiro de 2022. Informação adicional da Transição para as IFRS 9 /17 a essa data, está divulgada na Nota Impactos da adoção das IFRS 17 e IFRS 9 em 1 de janeiro 2021, do Relatório e Contas.

III Inventário de títulos

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	Inventário de Títulos e Participações Financeiras NPCES							
1	FILIAIS ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E							
1.1	Títulos Nacionais							
1.1.01	Partes de capital em filiais							
1.1.01	Sub-Total							
1.1.02	Partes de capital em associadas							
1.1.02	Sub-Total							
1.1.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.03	Sub-Total							
1.1.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
1.1.04	ANCPG - Investimentos Imobiliarios, S.A	650			895,1	581.847	948,0	616.210
1.1.04	ANCPG 2 - Investimentos Imobiliarios S.A.	650			520,1	338.033	537,1	349.142
1.1.04	ANCPG 4 - Investimentos Imobiliarios, S.A	650			162,4	105.551	177,2	115.180
1.1.04	Go Classique SA	1.300			130,0	169.000	132,8	172.686
1.1.04	H2CARE SA	1.300			193,0	250.900	186,1	241.894
1.1.04	Sub-Total	4.550				1.445.332		1.495.113
1.1.05	Títulos de dívida de filiais							
1.1.05	Sub-Total							
1.1.06	Títulos de dívida de associadas							
1.1.06	Sub-Total							
1.1.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.07	Sub-Total							
1.1.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
1.1.08	Sub-Total							
1.1.09	Outros títulos em filiais							
1.1.09	Sub-Total							
1.1.10	Outros títulos em associadas							
1.1.10	Sub-Total							
1.1.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.11	Sub-Total							
1.1.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
1.1.12	Sub-Total							
1.1	Sub-Total	4.550				1.445.332		1.495.113
1.2	Títulos Estrangeiros							
1.2.01	Partes de capital em filiais							
1.2.01	Sub-Total							
1.2.02	Partes de capital em associadas							
1.2.02	Sub-Total							
1.2.03	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.03	Sub-Total							
1.2.04	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
1.2.04	Sub-Total							
1.2.05	Títulos de dívida de filiais							
1.2.05	Sub-Total							
1.2.06	Títulos de dívida de associadas							

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	1.2.06 Sub-Total							
	1.2.07 Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.07 Sub-Total							
	1.2.08 Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	1.2.08 Sub-Total							
	1.2.09 Outros títulos em filiais							
	1.2.09 Sub-Total							
	1.2.10 Outros títulos em associadas							
	1.2.10 Sub-Total							
	1.2.11 Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.11 Sub-Total							
	1.2.12 Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	1.2.12 Sub-Total							
	1.2 Sub-Total							
	1 Total	4.550				1.445.332		1.495.113
	2 OUTROS							
	2.1 Títulos Nacionais							
	2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 Acções							
	2.1.1.1 Servibanca-Emp.Prestação de Serv ACE	750			1,0	750	1,0	750
	2.1.1.1 Sub-Total	750			1,0	750	1,0	750
	2.1.1.2 Títulos participação							
	2.1.1.2 Sub-Total							
	2.1.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
PTESVIIM0015	2.1.1.3 FCR Ageas Invest I A - Subfundo A	300.000.000			0,0	3.000.000	0,0	2.984.700
PTESVQIM0015	2.1.1.3 FCR Ageas Invest I B - Subfundo B	45.000.000			0,0	450.000	0,0	433.485
	2.1.1.3 Sub-Total	345.000.000				3.450.000		3.418.185
	2.1.1.4 Outros							
	2.1.1.4 Sub-Total							
	2.1.1 Sub-Total	345.000.750				3.450.750		3.418.935
	2.1.2 Títulos de dívida							
	2.1.2.1 De dívida pública							
PTOTEVOE0018	2.1.2.1 PGB 2.125% 17/10/28		2.000.000	100,1		2.001.920	95,6	1.912.293
PTOTETOE0012	2.1.2.1 PGB 2.875% 21/07/26		3.500.000	101,8		3.561.250	101,1	3.539.232
PTOTEUOE0019	2.1.2.1 PGB 4.125% 14/04/27		4.900.000	109,4		5.361.248	107,5	5.268.169
PTOTEQOE0015	2.1.2.1 PGB 5.65% 15/02/24		4.000.000	124,4		4.974.050	108,0	4.321.158
PTRAMYOM0005	2.1.2.1 Região Autonoma Madeira 1.971% 04/07/28		500.000	100,0		500.000	97,0	484.875
	2.1.2.1 Sub-Total		14.900.000			16.398.468		15.525.727
	2.1.2.2 De outros emissores públicos							
PTCPEJOM0004	2.1.2.2 Refer 4.675% 16/10/24		1.000.000	78,0		780.200	103,4	1.033.744
	2.1.2.2 Sub-Total		1.000.000			780.200		1.033.744
	2.1.2.3 De outros emissores							
	2.1.2.3 Sub-Total							
	2.1.2 Sub-Total		15.900.000			17.178.668		16.559.471
	2.1 Sub-Total	345.000.750	15.900.000			20.629.418		19.978.406
	2.2 Títulos Estrangeiros							
	2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 Acções							

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Quantidade	Montante do valor	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO							unitário	Total
	2.2.1.1	Sub-Total							
	2.2.1.2	Títulos de participação							
	2.2.1.2	Sub-Total							
	2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	2.2.1.3	Sub-Total							
	2.2.1.4	Outros							
	2.2.1.4	Sub-Total							
	2.2.1	Sub-Total							
	2.2.2	Títulos de dívida							
	2.2.2.1	De dívida pública							
IT0005344335	2.2.2.1	BTPS 2.45% 01/10/23		3.500.000	103,2		3.611.103	100,3	3.511.211
BE0000339482	2.2.2.1	Belgium Kingdom 0.2% 22/10/23		500.000	99,4		497.060	98,2	490.752
BE0000332412	2.2.2.1	Belgium Kingdom 2.6% 22/06/24		830.000	117,6		975.820	101,0	838.613
EU000A3JZQ69	2.2.2.1	ESM TBILL 0% 16/03/23		2.000.000	99,6		1.991.500	99,6	1.992.180
FR0013200813	2.2.2.1	FRTR 0.25% 25/11/26		1.000.000	101,5		1.015.093	90,6	906.037
FR0011486067	2.2.2.1	FRTR 1.75% 25/05/23		1.000.000	109,2		1.092.340	100,8	1.007.968
FR0011962398	2.2.2.1	FRTR 1.75% 25/11/24		3.790.000	110,7		4.196.446	98,1	3.716.194
FR0010466938	2.2.2.1	FRTR 4.25% 25/10/23		500.000	125,1		625.440	101,8	509.061
FR0013516549	2.2.2.1	France (Govt of) 0% 25/11/30		2.000.000	89,3		1.785.600	79,4	1.587.860
FR0127176370	2.2.2.1	French Discount T-Bill 0% 19/04/23		9.000.000	99,8		8.980.819	99,4	8.949.060
DE0001030831	2.2.2.1	German Tresury Bill 0% 13/04/23		3.700.000	99,7		3.690.526	99,4	3.679.095
NL0010733424	2.2.2.1	Netherlands Government 2% 15/07/24		4.650.000	115,3		5.361.962	99,6	4.631.959
AT0000A185T1	2.2.2.1	Republic of Austria 1.65% 21/10/24		1.000.000	110,6		1.105.920	98,0	980.340
AT0000A105W3	2.2.2.1	Republic of Austria 1.75% 20/10/23		450.000	112,2		504.914	99,2	446.194
ES0000012G34	2.2.2.1	SPGB 1.25% 31/10/30		1.900.000	99,2		1.883.926	85,6	1.626.759
ES0L02304142	2.2.2.1	Spain Letras del Tesoro 0% 14/04/23		5.000.000	99,5		4.976.631	99,4	4.971.050
	2.2.2.1	Sub-Total		40.820.000			42.295.099		39.844.331
	2.2.2.2	De outros emissores públicos							
	2.2.2.2	Sub-Total							
	2.2.2.3	De outros emissores							
XS1808739459	2.2.2.3	ABN AMRO Bank 0.875% 22/04/25		100.000	104,3		104.305	95,6	95.613
XS0877622034	2.2.2.3	BMW Finance NV 2.375% 24/01/23		600.000	107,1		642.840	102,2	613.391
XS2079713322	2.2.2.3	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria 0.375% 15/11/26		700.000	94,8		663.840	87,7	613.615
XS2013745703	2.2.2.3	Banco Bilbao Vizcaya Arg 1% 21/06/26		500.000	99,3		496.615	91,5	457.419
XS2014287937	2.2.2.3	Banco Santander, SA 0.25% 19/06/24		500.000	100,0		500.000	95,6	477.728
XS1458405898	2.2.2.3	Bank of America 0.75% 26/07/23		500.000	95,1		475.500	99,2	495.813
XS1933874387	2.2.2.3	Bank of Montreal 0.25% 10/01/24		500.000	97,2		486.155	97,2	486.111
FR00140003P3	2.2.2.3	Banque Fed Cred Mutuel 0.1% 08/10/2027		1.000.000	100,4		1.004.273	84,6	846.000
XS1617831026	2.2.2.3	Banque Fed Cred Mutuel 1.25% 26/05/27		400.000	104,2		416.600	90,5	362.032
XS1637334803	2.2.2.3	British Telecommunications 1% 23/06/24		500.000	102,1		510.500	96,5	482.526
XS1720922175	2.2.2.3	British Telecommunications Plc 1% 21/11/24		500.000	102,6		513.000	94,8	474.213
FR001400DZI3	2.2.2.3	Caisse d'Amortissement de la Dette Soc 2.875% 25/05/27		1.000.000	99,5		995.100	98,7	987.265
ES0414950644	2.2.2.3	Caja Madrid 4.125% 24/03/36		500.000	93,4		467.200	106,4	531.850
FR0013446580	2.2.2.3	Carrefour Banque Float 12/09/23		500.000	100,0		499.800	100,3	501.228
XS2056430874	2.2.2.3	Continental AG 0.375% 27/06/25		850.000	100,7		856.120	92,6	786.719
FR0011451889	2.2.2.3	Credit Agricole 2.75% 17/04/23		500.000	111,4		557.200	100,7	503.338
XS1069521083	2.2.2.3	Credit Agricole London 2.375% 20/05/24		900.000	109,2		982.870	100,2	901.908
FR00140098S7	2.2.2.3	Credit Agricole SA 1% 18/09/25		500.000	99,9		499.375	94,2	470.990

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			Quantidade	Montante do valor	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO							unitário	Total
XS2345982362	2.2.2.3	Credit Suisse AG London 0.25% 05/01/26		500.000	86,5		432.300	84,9	424.628
FR0013495181	2.2.2.3	Danone 0.571% 17/03/27		200.000	100,0		200.000	89,8	179.662
XS2406549464	2.2.2.3	Danske Bank A/S 0.01% 10/11/24 VAR		1.000.000	96,9		969.430	96,7	967.174
XS2117462627	2.2.2.3	Deutsche Bahn Fin GMBH 0% 14/02/24		500.000	98,6		493.240	96,4	482.130
XS1828032786	2.2.2.3	Deutsche Telekom Int Fin 1.375% 01/12/25		1.000.000	98,4		984.230	95,0	949.560
XS2066706818	2.2.2.3	Enel Finance Intl NV 0.% 17/06/24		900.000	99,5		895.720	95,0	855.243
XS1564443759	2.2.2.3	Iberdrola Finanzas SAU Float 20/02/24		500.000	100,2		501.050	100,3	501.409
XS1116408235	2.2.2.3	Iberdrola Intl BV 1.875% 08/10/24		600.000	108,3		649.630	97,8	586.893
DE000LB381U7	2.2.2.3	LB Baden-Wuerttemberg 2.75% 18/10/24		500.000	99,8		498.815	99,9	499.238
XS1403264374	2.2.2.3	McDonalds Corp 1% 15/11/23		400.000	102,7		410.840	98,7	394.920
DE000A19UNN9	2.2.2.3	Mercedes-Benz Int Fince 11/01/23		1.100.000	99,3		1.092.300	100,3	1.103.642
DE000A2GSCY9	2.2.2.3	Mercedes-Benz Int Fince Float 03/07/24		500.000	93,5		467.550	100,5	502.476
XS2485553866	2.2.2.3	Natwest Group PLC 2% 27/08/25		500.000	99,7		498.605	95,6	477.922
XS2407357768	2.2.2.3	Natwest Markets PLC 0.125% 12/11/25		500.000	97,3		486.560	89,4	446.964
XS1825134742	2.2.2.3	Nordea Kiinnitsloutto 0.625% 23/05/25		500.000	95,0		475.050	94,2	471.146
XS1314318301	2.2.2.3	Procter & Gamble 1.125% 02/11/23		500.000	103,0		515.085	98,9	494.389
FR0013448669	2.2.2.3	RCI Banque 0.25% 08/03/23		700.000	93,0		650.930	99,7	697.943
FR0013393774	2.2.2.3	RCI Banque SA 2% 11/07/24		500.000	97,6		488.235	98,0	490.210
XS1753814737	2.2.2.3	REN Finance BV. 1.75% 18/01/28		1.500.000	109,3		1.639.500	91,1	1.366.945
FR0013324332	2.2.2.3	Sanofi 0.5% 21/03/23		500.000	99,6		498.200	99,9	499.722
FR0014009KS6	2.2.2.3	Sanofi 0.875% 06/04/25		400.000	99,9		399.668	96,0	384.119
FR0011625433	2.2.2.3	Sanofi 2.5% 14/11/23		500.000	100,0		500.115	100,3	501.410
FR0013517711	2.2.2.3	Schneider Electric SE 0% 12/06/23		500.000	99,8		498.800	98,7	493.660
XS2049616548	2.2.2.3	Siemens Financieringsmat 0% 05/09/24		500.000	96,1		480.550	95,2	475.800
XS2118280218	2.2.2.3	Siemens Financieringsmat 0% 20/02/26		500.000	95,8		479.050	89,9	449.460
XS2558953621	2.2.2.3	Skandinaviska Enskilda 3.25% 24/11/25		1.000.000	99,7		997.250	99,0	989.605
FR0013486701	2.2.2.3	Societe Generale 0.125% 24/02/26		400.000	100,0		400.120	89,1	356.529
XS1418786890	2.2.2.3	Societe Generale 0.75% 26/05/23		100.000	101,8		101.760	99,8	99.825
XS1870225338	2.2.2.3	Swedbank AB 0.4% 29/08/23		600.000	100,7		604.320	98,5	591.203
XS1877846110	2.2.2.3	Telefonica Emisiones SAU 1.495% 11/09/25		100.000	105,5		105.510	95,3	95.310
XS1946004451	2.2.2.3	Telefonica Emisiones Sau 1.069% 05/02/24		100.000	103,9		103.934	98,7	98.698
XS1961772560	2.2.2.3	Telefonica Emisiones Sau 1.788% 12/03/29		200.000	112,7		225.414	90,0	180.030
XS2549702475	2.2.2.3	Toronto-Dominion Bank 3.25% 27/04/26		500.000	99,9		499.705	99,9	499.294
XS2326546434	2.2.2.3	UBS AG London 0.01% 31/03/26		500.000	93,8		468.935	88,2	440.943
DE000HV2ASU1	2.2.2.3	Unicredit Bank AG 0.01% 19/11/27		300.000	99,6		298.659	85,5	256.629
DE000HV2AY79	2.2.2.3	Unicredit Bank AG 2.75% 27/02/26		500.000	100,0		499.775	98,6	493.153
IT0005199267	2.2.2.3	Unicredit SPA 2% 30/06/23 VAR		850.000	100,2		851.700	100,0	849.754
XS1241577490	2.2.2.3	Unilever NV 1% 03/06/23		600.000	99,4		596.262	99,7	598.302
XS1372839214	2.2.2.3	Vodafone Group 2.2% 25/08/26		1.100.000	107,6		1.183.750	95,6	1.051.771
XS2002017361	2.2.2.3	Vodafone Group PLC 0.9% 24/11/26		400.000	92,5		370.040	90,4	361.713
XS1721423462	2.2.2.3	Vodafone Group PLC1.125% 20/11/25		500.000	105,0		524.840	93,3	466.427
XS1806457211	2.2.2.3	Volkswagen Fin Serv AG 0.875% 12/04/23		500.000	99,9		499.575	100,1	500.357
XS2554487905	2.2.2.3	Volkswagen INTL FIN NV 4.125% 15/11/25		500.000	100,0		499.780	99,9	499.359
XS1167644407	2.2.2.3	Volkswagen Intl Fin 0.875% 16/01/23		700.000	101,2		708.330	100,8	705.374
XS2014291616	2.2.2.3	Volkswagen Leasing GMBH 1.5% 19/06/26		500.000	104,8		524.000	91,2	455.797
	2.2.2.3	Sub-Total		35.800.000			35.940.405		34.374.494
	2.2.2	Sub-Total		76.620.000			78.235.504		74.218.825
	2.2	Sub-Total		76.620.000			78.235.504		74.218.825

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2.3 Derivados de Negociação							
	2.3 Sub-Total							
	2.4 Derivados de Cobertura							
	2.4 Sub-Total							
	2 Total	345.000.750	92.520.000			98.864.922		94.197.231
	3 TOTAL GERAL							
	3 Total							
	3 TOTAL GERAL	345.005.300	92.520.000			100.310.254		95.692.344

IV Relatório dos auditores